

Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

🛞 barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

> Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

MARIA LUCIA TEREZINHA GROTTA, Prefeito Municipal de Barrinha, Estado de São Paulo. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, com base na Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1°. Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento municipal de 2026, compreendendo:
- I Disposições preliminares;
- II Metas e prioridades da administração pública municipal;
- III Organização e estrutura dos orçamentos e as diretrizes gerais para sua execução e alteração;
- IV Das disposições constantes na legislação tributária, de pessoal, bem como as finais.
- Art. 2º. A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, assim como as empresas públicas dependentes, observandose os seguintes objetivos:
- I Observância da aplicação mínima obrigatória no Ensino e Saúde;
- II Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
- III Apoiar estudantes na realização do ensino médio e superior;
- IV Promover ações que visem o desenvolvimento econômico do Município;
- V Reestruturar e aprimorar continuamente os serviços administrativos;



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

VI - Buscar maior eficiência arrecadatória;

VII – Promover políticas públicas com foco em agentes específicos como mulheres, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, de modo a garantir acesso a equipamentos públicos e de sua integração social;

VIII - Promover ações que visem melhorias da infraestrutura urbana;

IX – Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial, em especial, à população carente e atuar no enfrentamento de surtos ou pandemias quando de suas ocorrências;

X – Garantir transparência da execução orçamentária visando fortalecer o controle social e o combate à corrupção;

XI – Promover atos de eficiência, visando ao aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e ao incremento da eficácia dos gastos públicos;

XII – Promover a inovação, visando à adoção de modernas tecnologias para a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, em todos os campos da atuação do Governo Municipal.

XIII – Promover ações de preservação do meio ambiente, com incentivo à destinação adequada dos resíduos sólidos e educação ambiental de modo a minimizar os danos causados ao meio ambiente.

- § 1º A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2026 conterá programas constantes da Lei que institui o Plano Plurianual relativo ao período 2026-2029, detalhados em projetos e atividades segundo seus grupos de despesa e fontes de recursos e com os respectivos produtos e metas.
- § 2º Em conformidade com as peças que acompanham esta lei, ficam automaticamente alterados os anexos II e III da lei que instituiu o Plano Plurianual vigente para o quadriênio 2026/2029, de modo a garantir as compatibilizações das peças de planejamento conforme estabelecido pela CF/88.

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNI-CIPAL



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

Art. 3°. As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2026 são aquelas apresentadas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrados conforme segue:

I - DEMONSTRATIVO I - Metas Anuais (LRF, ART. 4°, §1°);

II - DEMONSTRATIVO II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano anterior (LRF, ART, 4°, § 2°, INCISO I);

III - DEMONSTRATIVO III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores (LRF, ART. 4°, § 2°, INCISO II);

IV - DEMONSTRATIVO IV - Evolução do patrimônio líquido nos três últimos anos (LRF, ART. 4°, §2°, INCISO III);

V - DEMONSTRATIVO V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos (LRF, ART 4º, § 2º, INCISO III);

VI - DEMONSTRATIVO VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS (LRF, ART 4°, §2°, INCISO IV, ALÍNEA A);

VII - DEMONSTRATIVO VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita (LRF, ART 4º, §2º, INCISO V);

VIII - DEMONSTRATIVO VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (LRF, ART.4°, § 2°, INCISO V);

IX - ANEXO DE RISCOS FISCAIS, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo, caso venha a se concretizar (LRF, art. 4°, § 3°);

X - Descrição dos Programas Governamentais, Metas e Custos para o Exercício de 2026,

XI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental.



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

§ 1º As estimativas anuais de arrecadação de receitas, de despesas e de metas fiscais estipuladas nesta Lei de Diretrizes Orçamentáris (LDO) e Plano Plurianual (PPA) poderão ser revisadas quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual, considerando-se sempre novos cenários da situação econômica do país e as novas previsões do Produto Interno Bruto, da inflação, bem como eventual remodelação das prioridades e metas com vistas ao aprimoramento de sua execução.

§ 2º Relativamente as despesas com precatórios judiciais, observa-se o seguinte:

I - Respeitados os critérios de prioridade e demais disposições especiais previstas na Constituição, aplica-se o § 23 do art. 100, incluído pela Emenda Constitucional nº 136/2025, que estabelece os limites e condições para o parcelamento e a quitação conforme a Receita Corrente Líquida do ente federativo.

II — Poderá igualmente fazer uso da faculdade prevista no § 20 do art. 100 da Constituição Federal, segundo a qual, nos casos em que o valor do precatório ultrapasse 15% do total apresentado nos termos do § 5°, será pago 15% até o final do exercício seguinte e o saldo em até cinco parcelas anuais iguais, com juros e correção, admitindo-se também acordos diretos perante os Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40%, desde que não haja recurso ou defesa pendente e observadas as regras fixadas pelo ente federado, com a devida autorização para ajustes orçamentários.

§ 3º Poderá a municipalidade, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, alterar a ordem cronológica de pagamentos nas hipóteses estabelecidas pelo § 1º do art. 141 da Lei n. 14.133/21, ficando nessas hipóteses afastada apuração de responsabilidade do agente responsável conforme preconiza o § 2º do citado artigo.



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

Em decorrência da Emenda Constitucional nº 136/2025, que autorizou o parcelamento e reparcelamento de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social, os valores orçamentários correspondentes poderão ser ajustados, permitindo-se a anulação parcial ou total de dotações em caso de redução, bem como a suplementação quando necessária a ampliação da despesa, observadas as normas desta Lei e da legislação aplicável, ficando o município autorizado a proceder os parcelamentos e reparcelamentos nos termos do citado diploma bem como da regulamentação que vier a ser editada pela SRF.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS, SUA EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO

SEÇÃO I Da Elaboração do Orçamento

Art. 4°. Para os efeitos desta lei entende-se por:

I - Programa – conjunto de ações necessárias para alcançar um objetivo concreto, mensurados pelos indicadores estabelecidos no Plano Plurianual - PPA.

II - Projeto - instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

III – Atividade - instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo.

IV - Operação Especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 5°. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

Parágrafo único. No escopo de possibilitar o controle a que alude o art. 73, inciso VI, alínea "b" e VII da Lei das Eleições (Lei 9.504 de 30/9/1997), a Lei Orçamentária Anual de 2026 deverá conter específica atividade programática para abrigar os gastos de propaganda e publicidade oficial, considerando-se atendida esta formalidade mediante a utilização de subelementos distintos, sendo um para abrigar as despesas relativas a publicações de atos oficiais e outro para os gastos de propaganda e publicidade oficial.

- Art. 6°. A estrutura orçamentária que servirá de base para elaboração do Orçamento-Programa para o próximo exercício deverá obedecer a disposição do Anexo IV do PPA vigente.
- Art. 7º. A elaboração das propostas das unidades orçamentárias, deverão atender a estrutura orçamentária (Anexo IV do PPA vigente) e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.
- Art. 8°. A proposta orçamentária, não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal e atenderá a um processo de planejamento permanente e à participação comunitária.
- § 1º A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada, observarão, naquilo que couber, às normas estabelecidas pela Portaria nº 339, de 29/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional ou outras que vierem alterá-la ou atualizá-la.





Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente! -

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

§ 2º O orçamento fiscal é referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e Entidades das Administrações direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

§ 3º Quando couber, inclui-se o orçamento de investimentos das empresas de que o Município direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto;

§ 4º O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social, se for o caso;

§ 5º As receitas próprias das autarquias, fundações e empresas estatais dependentes quando houver, serão destinadas, preferencialmente, ao financiamento de suas despesas correntes e, havendo disponibilidade, aplicadas em projetos de investimentos.

Art. 9º. A Lei Orçamentária, na fixação da despesa e na estimativa da receita, observará os princípios de:

I - Austeridade na gestão dos recursos públicos;

II - Modernização na ação governamental;

III - Equilíbrio orçamentário tanto na previsão quanto na execução orçamentária;

IV - A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, nos termos do art. 6º da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001 ou outro dispositivo que vier a substitui-la.

Art. 10. O Poder Legislativo encaminhará ao <u>Poder Executivo</u>, <u>até o dia 20/09</u> de cada ano, a sua proposta parcial de orçamento para o exercício vindouro.



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente! —

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

🛞 barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

Art. 11. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade, anualidade e equilíbrio, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

§1º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso.

§2º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária—financeira ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do parágrafo anterior.

§ 3º Para atender ao artigo 4º, parágrafo único, alínea "d" da Lei Federal n. 8069 de 1990, serão destinados, percentual mínimo não inferior a 0,30% da receita para as despesas relativas a proteção da criança e do adolescente, ficando ressalvadas situações justificadas em que referido percentual não puder ser atingido.

Art. 12. O orçamento geral abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo e as entidades das Administrações Direta e Indireta e será elaborado, naquilo que couber, em conformidade com a Portaria nº 42, do Ministério do Orçamento e Gestão e demais Portarias editadas pelo Governo Federal ou outros atos que vierem a substituí-las ou alterá-las.

Art. 13. As despesas com pessoal e encargos fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), não poderão exceder o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo e 6% (seis por cento) ao Legislativo, da Receita Corrente Liquida, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei 101/2000.

Art. 14. Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes dos documentos referidos nos incisos X e XI do art. 3º desta lei, podendo, na medida da necessidade, serem incluídos novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

Parágrafo Único. Fica ainda consignado que o Poder Executivo manterá dentro de suas possibilidades o equilíbrio orçamentário e aplicará os critérios de limitação de empenho na forma preconizada nesta Lei.

Art. 15. Poderão ser prorrogados os contratos de terceirização vigentes que envolvam a prestação de serviços contínuos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como poderão ser contratados e igualmente prorrogados na forma do art. 107 da Lei 14.133/21 os contratos que envolvam o fornecimento de bens e a prestação de serviços contínuos assim compreendendo, todos aqueles serviços de assessoramento, instrumentais ou complementares, destinados a manutenção da Administração Municipal, indispensáveis para o bom desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação possa estender-se por mais de um exercício financeiro.

§ 1º Consideram-se serviços de natureza continuada a que alude o "caput" deste artigo os serviços de locação de sistemas de informática, limpeza, recepção, segurança e vigilância, manutenção e fornecimento de serviços em geral, bem como serviços médicos, fornecimento de material apostilado com sistemas e assessoramento pedagógico, transporte de estudantes, exames complementares, assessoria contábil, financeira e orçamentária, administrativa, planejamento e apresentação e acompanhamento de defesas e/ou recursos perante o Egrégio Tribunal de Contas.

§ 2º A caracterização dos serviços indicados no parágrafo anterior é meramente exemplificativa, podendo a Administração Municipal inserir e descrever outras hipóteses mediante a edição de ato administrativo normativo ou interpretativo de competência do Chefe do Executivo em face das peculiaridades de cada caso.

Art. 16. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e 15% (quinze por cento) nas ações e serviços de saúde, em conformidade com o disposto na E.C. nº.29/2000.



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

Parágrafo Único - No caso de eventual descumprimento do percentual estabelecido no art. 212 da CF/88 e do FUNDEB, a diferença a menor deverá ser aplicada até o encerramento do exercício de 2026, devendo a lei orçamentária consignar dotação para suportar a despesa ou ainda ser a mesma aberta por créditos adicionais.

Art. 17. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo compor-se-á de:

- I Mensagem;
- II Projeto de Lei Orçamentária;
- III Tabelas explicativas da receita e despesas dos três últimos exercícios e demais anexos necessários.
- Art. 18. Integrarão a Lei Orçamentária anual:
- I Sumário geral da receita por fontes e despesa por funções de governo;
- II Sumário geral da receita e despesa, por categoria econômica;
- III Sumário da receita por fontes e respectiva legislação;
- IV Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.
- Art. 19. O Poder Executivo enviará até 30 de outubro, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal (art. 162, III, LOM) que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

SEÇÃO II

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência e da Reserva para Emendas Parlamentares



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

Art. 20. A Lei Orçamentária conterá "Reserva de Contingência" identificada pelo código 99999999 em montante equivalente a no mínimo 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2026 e se destinará a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais inesperados que não puderem ser previstos durante a programação do orçamento, sendo vedada, na forma do artigo 5°, III, "b", da Lei Complementar nº. 101.

§ 1º Consideram-se passivos contingentes os riscos financeiros já existentes decorrentes de ações judiciais trabalhistas, cíveis, previdenciárias, indenizações por desapropriações, bem como outros que poderão causar perdas ou danos ao patrimônio da Entidade ou comprometer a execução de ações planejadas para serem executadas no período em que as ocorrências se efetivaram, garantindo a execução de programas, ações e metas de interesse público para os quais não tenha sido reservada suficiente dotação orçamentária.

§ 2º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

Das Disposições Sobre a Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 21. Para fins de atendimento ao disposto nos incisos I e II do § 1º do artigo 169 da Constituição Federal, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, incentivos de natureza indenizatória permitidos em lei, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, reorganização da estrutura organizacional, instituição de incentivos à demissão voluntária de servidores do Executivo, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, desde que haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, observadas a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

Além de observar às normas do caput deste artigo, no exercício financeiro de 2026 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas na Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 2º Se a relação entre despesas correntes e receitas correntes, apuradas no período de 12 meses, superar 95%, é facultado ao poder executivo as medidas previstas nos incisos consignados no artigo 167-A, da CF/88.

§ 3º No caso de extrapolação das despesas com pessoal no exercício, o poder ou órgão deverá eliminar o excesso nos termos regrados pelo art. 15 da LC 178/21, de acordo com o estabelecido no respectivo plano de recondução.

§ 4° Se a despesa total com pessoal ultrapassar:

- I O limite prudencial estabelecido pela Lei 101/2000, que representa 95% da despesa total com pessoal, ao poder ou órgão que houver incorrido em excesso aplicam-se as restrições consignadas nos incisos I a V do parágrafo único do artigo 22 da LRF;
- II O limite total com despesas com pessoal estabelecido artigo 20, inciso III, da LRF, sem prejuízo das medidas previstas no artigo 22, da mesma lei, o percentual excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço, no primeiro, adotando-se, entre outras, as providencias previstas nos §§ 3º e 4º do art.169 da Constituição Federal.
- § 5º As situações que justificam a contratação excepcional de horas entre outro, na hipótese de o Município ter atingido o limite prudencial para as despesas de pessoal (95% dos 54% da RCL, ou seja, 51,30% da RCL) são as seguintes:

I - Atender emergências ou calamidade pública;

II - Atender situações que possam comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos;



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

Manutenção de serviços públicos essenciais que não possam sofrer solução de continuidade;

IV - Implantação de serviço urgente e inadiável;

V - Substituição de servidores por saída voluntária dispensa ou de afastamentos transitórios, cujas ausências possam prejudicar sensivelmente os serviços, e

VI - Execução de serviços absolutamente transitórios e de necessidades esporádicas.

§ 6º Para efeito da vedação disposta no artigo 22 da LRF, seu parágrafo único e respectivos incisos, exclui-se as despesas decorrentes do pagamento de horas extraordinárias pagas para atendimento de situações de excepcional interesse público, para combates de surtos e/ou pandemias, devidamente justificadas pela autoridade competente, bem como os casos de substituição previstos em lei e bem assim eventual revisão, nos termos do artigo 37. X da Constituição Federal e as despesas de natureza indenizatórias.

§ 7º Quando se tratar de ano de eleições, eventual concessão de revisão geral de pessoal, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição fica previamente autorizada, podendo ainda os recursos necessários para a sua aplicação se fazer constar da lei orçamentária em categoria de programação específica.

§ 8º Observado o disposto no § 1º deste artigo, o Poder Legislativo poderá encaminhar projetos de lei e deliberar sobre projetos de resolução, conforme o caso, visando concessão e absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores do Poder Legislativo; criação e extinção de cargos públicos do Poder Legislativo; criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras do Poder Legislativo; provimento de cargos e contratações estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente do Poder Legislativo; revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público por meio de políticas de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho do servidor público do Poder Legislativo; instituição de incentivos à demissão voluntária de servidores do Poder Legislativo.



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

🗑 barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

§ 9º Fica dispensada do encaminhamento de projeto de lei a concessão de vantagens já previstas na legislação.

SEÇÃO IV Das Disposições Sobre a Despesa de Pessoal

Art. 22. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº. 101 de 2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

§ 1º Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do "caput", os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, bem como as que não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, ainda quando se tratarem de cargos ou empregos extintos ou em extinção, bem como a terceirização de serviços de quaisquer naturezas, compreendendo-se especialmente nesta categoria os serviços médicos, de transporte, de limpeza e todos os demais serviços objeto de terceirização dotada de impessoalidade.

§ 2º Também não se consideram como despesas com pessoal:

I - As despesas com as organizações da sociedade civil parceiras da administração pública nos limites impostos aos governos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em razão da suspensão da Portaria 377/20 do STF pelo Decreto Legislativo n. 79/22 do Senado Federal.

II - As despesas decorrentes de convênios e contratos celebrados ou instrumentos congêneres com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal (art. 13, inciso IV da Lei 13019/14), bem como os termos de fomento e de colaboração



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

firmados com Santas Casas e Entidades do gênero para desenvolvimento das referidas atividades.

SEÇÃO V

Das Disposições Sobre a Previsão da Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

- Art. 23. O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:
- I Municipalização da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR);
- II Revisão e Atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
- III Revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do município;
- IV Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
- IV Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes; e transferência;
- VI Demais matérias relativas a legislação tributária, bem como eventuais parcelamentos, isenções, anistias e demais benefícios fiscais na forma da lei.
- § 1º Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, seja em razão da aprovação de leis federais ou estaduais no âmbito da reforma tributária, seja em decorrência do impacto da legislação recentemente alterada por força da reforma tributária EC 132/23, ou ainda em virtude de modificações já introduzidas que, em razão da complexidade do processo de estimativa, não tenham sido integralmente contempladas no

Administração 2025/2028

---- Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes, tanto no Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2026, caso este ainda não tenha sido aprovado, quanto na própria Lei Orçamentária Anual de 2026, se já aprovada, esteja ou não em execução.

§ 2º Na hipótese de não ser possível ou viável realizar a alteração prevista no parágrafo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar os devidos ajustes diretamente na execução orçamentária, observado o disposto nesta Lei e nas normas aplicáveis de finanças públicas.

Art. 24. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos 12 meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, na conformidade do Demonstrativo II do Anexo das Metas Fiscais.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I - Revisão e adequação da legislação sobre taxas pelo exercício do Poder de Polícia, ou referentes à utilização efetiva ou potencial de serviços específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição, objetivando sua adequação aos respectivos custos;

 II - A edição de uma planta genérica de valores realinhando a valoração dos terrenos vagos e edificações, prioritariamente em casos em que o valor venal suplanta o valor real, minimizando eventuais distorções;

III - A alteração do número de contribuintes;

IV - A atualização do cadastro imobiliário fiscal.

V - Demais medidas peculiares e pertinentes.



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 25. O Município pode conceder incentivos fiscais ao desenvolvimento de atividades na área social, cultural e de esporte mediante Leis específicas, através da regulamentação e implantação de Fundos Municipais.

Art. 26. Com o objetivo de estimular o crescimento da receita tributária própria poderá o Executivo Municipal encaminhar Projetos de Lei concedendo incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não, cujos valores não serão considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para viger em 2026, não afetando as metas de resultados fiscais previstas.

§ 1º Ficam preservados os benefícios fiscais introduzidos na Legislação Tributária do Município anteriormente à edição desta Lei, cujos valores não serão considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para viger em 2026, não afetando as metas de resultados fiscais previstas.

§ 2º Também não serão considerados na estimativa da receita prevista na Lei Orçamentária para viger em 2026, não afetando as metas de resultados fiscais previstas, a fixação de percentuais de desconto para pagamento à vista sobre o valor lançado dos tributos municipais, nem as isenções ou os benefícios fiscais específicos destinados a munícipes portadores de moléstias graves, de forma a minimizar as consequências financeiras negativas suportadas pelos enfermos.

SEÇÃO VI Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 27. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir o equilíbrio financeiro da administração municipal, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais.



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

§ 1º Na existência de déficit financeiro, deve o anexo de metas fiscais propor superávit de execução orçamentária para liquidar, ainda que gradualmente, aquela dívida de curto prazo (Comunicado SDG n. 13/2017 - TCESP).

§ 2º Sob o princípio orçamentário do equilíbrio, aquela proposição se materializa, no campo da despesa, por Reserva de Contingência, equivalente ao desejado superávit orçamentário (Comunicado SDG n. 13/2017 - TCESP).

SEÇÃO VII Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 28. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9°, e no inciso II do § 1° do artigo 31, da Lei Complementar nº. 101/2000, o Poder Executivo fica autorizado a proceder mediante Decreto a limitação de empenho das dotações orçamentárias e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2026, utilizando para tal fim, as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem do caput deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida e combate a pandemias, bem como as contrapartidas requeridas em convênios firmados com a União e o Estado.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

Art. 29. Ocorrendo a situação retratada no artigo anterior, o decreto de limitação de empenhos deverá identificar as fontes de receita comprometidas com a queda de arrecadação e estabelecer o contingenciamento de despesa correspondente na mesma proporção da redução verificada, obedecida a seguinte ordem:



Administração 2025/2028

- Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

- I Despesas de investimentos;
- II Despesas correntes.
- § 1º Não serão objeto de limitação de empenho as despesas que constituem obrigações constitucionais, legais, ou destinadas ao pagamento do serviço da dívida, exceto quando a queda da receita afetar as bases de cálculo ou limites de comprometimento destas mesmas despesas.
- § 2º O Poder Executivo, após editar o Decreto a que se refere o caput enviará cópia ao Poder Legislativo para ciência, acompanhada da memória de cálculo, das premissas e dos parâmetros justificadores do Decreto.
- § 3º A limitação dos empenhos do Poder Legislativo, quando couber, poderá ser efetuada por ato próprio e calculada de forma proporcional à participação de suas respectivas despesas, no montante global das despesas do orçamento geral do Município para o exercício de 2026.
- § 4º Restabelecida a receita prevista, ainda que parcial, deverá o Poder Executivo editar Decreto suspendendo a limitação de empenhos e recompondo as dotações limitadas.
- § 5º As programações incluídas por emendas parlamentares a que alude o art. 21 e seguintes desta lei, poderão ser contingenciadas (LDO) na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias aprovadas no orçamento nos casos de comprometimento das metas fiscais estabelecidas na LDO.

SEÇÃO VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30. Na realização das ações de sua competência, o Município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária

Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

anual, mediante convênio, parceria, termo de colaboração, termo de fomento, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas.

Parágrafo único. Os termos e contratos a serem firmados com as Organizações Sociais – OSs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, Organizações da Sociedade Civil - OSCs e demais organizações assemelhadas seguirão as disposições constantes da legislação específica.

- Art. 31. A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos para desenvolvimento de ações afetas às áreas de assistência social, saúde e educação, à título de auxílio, subvenções e contribuições, deverá observar:
- I Previsão em lei específica que expressamente defina a destinação de recursos às entidades beneficiadas, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
- II Atendimento aos dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil:
- § 1º De modo a atender a previsão contida no artigo 4º, inciso I, alínea "f" da L.C. n. 101/2000 (LRF), fica ainda consignado que:
- I Os recursos objeto de subvenção destinar-se-ão à promoção de ações gratuitas e de atendimento direto ao público, devendo parte do total repassado, ser empregado em favor de atividades fim da entidade beneficiada, ou em caso de percentual menor, conter expressa justificativa para tanto;
- II A formalização da autorização está condicionada ainda, a: (a) manifestação prévia e expressa do setor técnico da Prefeitura Municipal; (b)



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

comprovação de funcionamento regular da Entidade beneficiada, emitida por duas autoridades de outro nível de governo; (c) certificação da Entidade junto ao respectivo Conselho Municipal, quando houver.

§ 2º Nos termos do Comunicado SDG n. 10/2017 a concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições serão formalizados por meio de Termo de Colaboração ou de Fomento, com realização de chamada pública ou inexigibilidade do chamamento público, devidamente justificada, nos termos dos artigos 31, II c/c 32 "caput" e § 4º da Lei.

§ 3º O município enviará projeto de lei ao Poder Legislativo autorizando a transferência de recursos para organização da sociedade civil a qual conterá identificação da entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ficando consignado nesses casos a inexigibilidade de realização de chamamento por força expressa disposição constante do inciso II do art. 31 da Lei 13.1019/14.

§ 4º Para o ano de 2026, estão inicialmente estimados repasses de recursos municipais a Entidades do Terceiro Setor em favor das finalidades indicadas no Anexo I desta Lei, cuja destinação atenderá ao seguinte:

I - Os repasses se processarão mediante formalização de termos de colaboração ou fomento na forma estabelecida na Lei Federal n. 13.019/2014 e condicionados a realização da chamada pública ou justificadas eventuais hipóteses de dispensa ou inexigibilidade (artigos 30 e 31 da LF 13.019/14);

 II - Referidos valores constarão da programação orçamentária contida na LOA 2026 ou em créditos adicionais e poderão ser alterados a qualquer momento em vista do interesse público e conveniência administrativa;

III - Como condição para o início do repasse dos valores ajustados, ressalvadas as hipóteses em que a seleção for precedida de chamamento

Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

público na forma preconizada pela Lei 13019/14, hipótese em que o orçamento fará consignar dotação genérica para a respectiva transferência, será editada lei específica de modo a garantir o atendimento ao disposto no art. 26 da LRF.

IV – Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação, com exceção dos que envolverem a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, serão celebrados sem chamamento público nos termos consignados pelo art. 29 da lei 13019/14.

Art. 32. Fica igualmente autorizada a concessão de recursos para Entidades públicas ou privadas a título de "auxílios", destinados a despesas de capital de Entidades privadas sem fins lucrativos, bem como "contribuições" a Entidades sem fins lucrativos, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, na forma estabelecida na Lei Federal nº. 4.320/64, atendidas ainda as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial no seu art. 26 e a Lei 13.019/2014.

Art. 33. Independente da transferência de recursos a Entidades assistenciais, o Poder Executivo consignará na LOA 2026, na medida de suas disponibilidades financeiras, dotações orçamentárias para fornecer às pessoas carentes meios de subsistência e demais itens e acessórios indispensáveis.

Art. 34. A Lei Orçamentária Anual poderá consignar recursos para que a Prefeitura venha a subsidiar parcialmente o custeio de serviços públicos, objeto de concessão ou permissão, que vierem a se mostrar deficitários.

Parágrafo único. A fixação dos valores dos subsídios dependerá de demonstração, pela empresa exploradora dos serviços, da existência de déficit na forma da lei.

Art. 35. Além dos valores consignados na Lei Orçamentária aos entes da Administração Indireta, as receitas próprias dos referidos órgãos

Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

serão destinadas, prioritariamente, ao atendimento de suas despesas de custeio, incluindo pessoal e encargos sociais, podendo ainda, o Ente Central promover a transferência de recursos para complementar referidos valores, mediante atendimento das seguintes condições:

I - Os recursos complementares serão objeto de Lei específica que disporá sobre a abertura do crédito especial necessário; e

II - A formalização da autorização está condicionada, ainda, a manifestação prévia e expressa do setor técnico da Prefeitura Municipal.

SEÇÃO IX

<u>Da Autorização para o Município Auxiliar o Custeio de Despesas</u>
Atribuídas a Outros Entes da Federação

Art. 36. A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para custeio de despesas de outros entes da federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam o interesse local, mediante Convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere (art. 62, inciso I, LRF).

SEÇÃO X

Dos Parâmetros para Elaboração da Programação financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

- Art. 37. Para atender o disposto na Lei de responsabilidade Fiscal, o Poder executivo se incumbirá do seguinte:
- I Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;
- II Publicar até 30 (trinta), dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas e se não atingidas, deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara;
- III Se verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário

Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo deverá promover, mediante Decreto, a mobilização de empenhos, de acordo com a forma e critérios estabelecidos no art. 9º da Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;

IV - O Poder Executivo emitirá ao final de cada quadrimestre, relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

V - Os Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos, Prestação de Contas e Pareceres do T.C.E., serão amplamente divulgados, inclusive na internet e ficarão à disposição da comunidade.

Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos ou de comum acordo entre os Poderes.

SEÇÃO XI Da Definição de Critérios para início de Novos Projetos

Art. 38. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

- I Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa, salvo aqueles que justificadamente comprovarem sua implantação por serem de interesse público;
- II Estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.
- § 1º Não constitui infração a este artigo, o início de novo projeto, mesmo que possuam outros em andamento, caso haja suficiente previsão de



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

🗑 barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

recursos orçamentários e financeiros para atendimento das obras iniciadas, bem como as respectivas dotações orçamentárias reservadas para a continuidade de sua execução ou conclusão no ano de 2026.

§ 2º O sistema de controle interno fiscalizará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar n.101/2000.

SEÇÃO XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 39. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar n. 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapassar o previsto no art. nº 75 inciso I da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.

SEÇÃO XIII

Do Artigo 42 da LRF e Demais Disposições Pertinentes quanto a Execução Orçamentária Anual

- Art. 40. Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº 101/2000, assim como para fins de empenhamento de contratos administrativos firmados pela Administração e para fins de registro da execução orçamentária anual:
- I Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;
- II No caso de despesas relativas à prestação de serviços de natureza continuada destinados à manutenção da Administração Pública, bem como de obras cuja execução ultrapasse o exercício financeiro ou de despesas e contratos de fornecimento em geral, alusivos a empenhos globais, considerar-se-ão como compromissadas apenas as prestações cuja liquidação e/ou fornecimento deva se verificar no respectivo exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.
- § 1º Para efeito de empenhamento da obrigação nas hipóteses acima indicadas, consideram-se como compromissadas apenas as prestações

Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

dos serviços, materiais ou obras cuja execução deva se verificar no respectivo exercício financeiro, observado o cronograma pactuado, ficando facultado ao ordenador de despesas da entidade proceder ao empenho de importância suficiente apenas para a quitação da parte do contrato a ser liquidada no respectivo exercício financeiro, empenhando-se o saldo remanescente do contrato, logo no início do exercício seguinte, ou alternativamente, caso resultem de empenhos globais, excluir o saldo remanescente dos empenhos não liquidados ao término do exercício.

§ 2º Na análise das disponibilidades financeiras, somente será considerada contraída a obrigação de despesa quando a mesma for liquidada, não sendo incluídas no cálculo da suficiência ou insuficiência financeira as despesas relativas aos restos a pagar não processados, tendo em vista que não existe direito líquido e certo ao recebimento desses valores pelos particulares, enquanto não efetivarem suas obrigações, mas mera expectativa de direito ao seu recebimento, bem como as despesas decorrentes de recursos conveniados cujos pagamentos se darão a contas de recursos advindos de outros Entes da Federação.

§ 3º Independente da escrituração contábil, a aferição das disponibilidades a que alude o art. 42 da LRF serão consideradas proporcionalmente aos períodos de sua liquidação, a exemplo do 13º salário dos servidores, encargos, despesas necessárias para enfrentamento de pandemias, assim como demais despesas passíveis de ajustes em vista do princípio da evidenciação.

§ 4º Não serão consideradas despesas liquidadas a pagar decorrentes de débitos assumidos nos últimos dois quadrimestres as despesas decorrentes de atos materializados anteriormente ao período proibitivo, ainda que decorrente de acordos, a exemplo da dívida flutuante parcelada, dos pagamentos de precatórios e demais despesas assim enquadráveis em razão de sua natureza jurídicas, assim como as decorrentes de força maior, tais como decisões judiciais e decorrentes de atos de independam da ação volitiva do Gestor, assim como despesas destinadas ao enfrentamento de pandemias.

Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

Art. 41. Fica o Poder Executivo autorizado a promover o cancelamento de restos a pagar não processados no final de cada exercício de modo a melhor evidenciar a execução orçamentária, evitando-se a apuração de déficit fundado em despesas não liquidadas causando indevida distorção dos resultados, podendo referidas despesas ser reempenhadas logo no início do exercício seguinte.

Parágrafo único. Para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde serão consideradas as despesas inscritas em restos a pagar as que forem pagas até 31 de janeiro do exercício seguinte, conforme entendimento consolidado pelo TCESP.

Art. 42. Com relação aos restos a pagar não liquidados e que representem débitos prescritos, portanto, com lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, poderão ser cancelados pela contadoria municipal sempre que for constatado que as despesas não representem obrigações a serem realizadas ou itens a serem entregues, uma vez que os ajustes ou requisições que as originaram não mais se encontram vigentes.

Parágrafo único. As medidas constantes do "caput" deste artigo serão adotadas, preferencialmente, no encerramento de cada exercício, sem prejuízo da possibilidade de serem aplicadas no decorrer do exercício, caso não tenham sido promovidas naquela oportunidade.

Art. 43. Será possível o cancelamento de Restos a Pagar Processados nos seguintes casos:

- Para correção de empenho quando verificado erro sanável, que necessariamente deverá ser novamente empenhada como "Despesas de Exercícios Anteriores.
- II. Quando não for possível comprovar a existência de direito do credor ou tenha sido detectada duplicidade de empenho referente à mesma despesa ou outra inconsistência contábil.
- III. Quando houver a prescrição.





Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRACA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

- IV. Quando se comprove que o credor já recebeu o valor do débito.
- V. Quando se tratar de valores irrisórios, provenientes de saldos de empenhos acerca dos quais não restam obrigações de nenhuma das partes.
- VI. Quando se comprove que o valor inscrito em Restos a Pagar (RP) foi objeto de acordo judicial ou extrajudicial, especialmente quando houver o parcelamento da quantia a ser paga, devendo o débito ser reclassificado para dívidas a longo prazo no passivo da entidade.
- VII. Nas demais situações não previstas nesse ato, desde que a manutenção de sua inscrição em restos a pagar não mais represente a solução mais apropriada, especialmente em razão do de débito julgado improcedente ou declarado indevido em sentenca judicial ainda que não transitada em julgado ou débito que represente despesa que não mais integrará o passivo financeiro de curto prazo da Entidade por estar com sua procedência sendo discutida em Juízo, caracterizando-se como passivo contingente a ser inserido em anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício subsequente.

Art. 44. Em todas as hipóteses de cancelamentos de restos a pagar processados o procedimento será precedido de diligência e relatório circunstanciado que ficará acostado ao ato de cancelamento ou em arquivo próprio, sendo que, quando se tratar de cancelamento com fundamento numa das hipóteses consignadas nos itens II, III e IV do artigo anterior, adotar-se-á o procedimento que de publicidade conforme regulamento a ser estabelecido em decreto municipal.

Art. 45. Os pagamentos de Restos a Pagar ficam condicionados à triagem prévia da da unidade demandante, com apoio de comissão designada guando necessário e do Controle Interno, para verificar liquidação, documentação, fonte de recursos, duplicidades e prescrição, ficando até o fim da triagem, a exigibilidade fica sobrestada.



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

🗑 barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

§ 1º Encerrada a triagem, aplicar-se-á a ordem cronológica por natureza da despesa, admitida quebra motivada nas hipóteses do art. 141, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, com ato fundamentado, ciência ao Controle Interno e publicação.

§ 2º Havendo insuficiência financeira, o Executivo poderá instituir cronograma de pagamento por decreto, com metas e critérios de priorização, inclusive parcelamentos e/ou negociações mais vantajosos ao erário, preservados mínimos constitucionais e limites da LRF.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. O Poder executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação da receita nos termos da legislação em vigor;

II - Abrir, durante o exercício e mediante decreto, créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada no orçamento, observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - Abrir créditos adicionais mediante decreto até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência, sem onerar o percentual a que alude o inciso anterior deste artigo;

IV - Realizar transposições, remanejamentos e transferências de dotações até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada no orçamento, situação esta que não implicará em qualquer dedução do percentual autorizado no inciso II deste artigo (ADI 3.652, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 19-12-2006, Plenário, DJ de 16-3-2007).



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

√-Realizar operações de crédito por antecipação da receita nos termos da legislação em vigor; firmar parcerias com outros entes da federação, para manutenção de suas atividades, bem como as do município.

§ 1º Para os fins do art. 167, VI, da Constituição, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial e, na órbita da classificação econômica da despesa, os grupos corrente e de capital.

§ 2º Ficam igualmente autorizados e não serão computados, para efeito do limite fixado no inciso "II" deste artigo, os casos de abertura de Créditos Adicionais Suplementares destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas a conta de recursos vinculados, dispensando-se a realização de novas audiências públicas para tanto.

§ 3º A suplementação através da edição de Decreto Executivo a que alude o inciso II deste artigo, por encontrar autorização expressa na própria Lei Orçamentária, será utilizada para reforçar dotações insuficientemente consignadas no orçamento, ficando nos casos de utilização do aludido percentual, automaticamente alterados os valores dos anexos a que aludem os programas constantes do PPA e da LDO vigentes no respectivo exercício financeiro, dispensando-se a realização de novas audiências públicas para tanto.

§ 4º Quando se referir ao orçamento do Poder Legislativo, a suplementação a que alude o inciso II deste artigo, será direcionada formalmente por meio de ofício da Presidência da Câmara Municipal ao Executivo, o qual deverá indicar como recursos a anulação parcial ou total de suas próprias dotações orçamentárias, uma vez que a competência para edição dos respectivos decretos de suplementação, bem como de toda e qualquer matéria de natureza orçamentária, a teor do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, letra "b" da Constituição Federal é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.



Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente!

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

Não onerarão os limites estabelecidos no "caput" deste artigo e seus incisos os créditos destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a transferências constitucionais previstas no artigo 158 da Constituição federal, inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores, emendas parlamentares impositivas e despesas à conta de recursos vinculados.

Art. 46. A dívida mobiliária refinanciada se houver, será devidamente atualizada por um índice oficial calculado pelo IBGE até a data de sua efetiva liquidação.

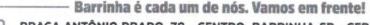
Art. 47. Fica autorizado o Poder Executivo a promover o parcelamento de dívidas devidamente apuradas e inscritas na dívida flutuante ou escrituradas do rol de empenhos liquidados a pagar no exercício mediante acordo escrito, as quais serão devidamente escrituradas na dívida fundada, cujos empenhos registrados no ano ou constantes da dívida flutuante serão cancelados do passivo de curto prazo ou da execução orçamentária anual de modo a evitar duplicidades.

Art. 48. Enquanto não for devolvido o autógrafo da lei do orçamento até o início do exercício de 2026 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês da proposta apresentada.

§ 1º Caso a proposição seja reprovada ou rejeitada pelo Legislativo, os Poderes Executivo e Legislativo ficam expressamente autorizados a tomar como referência para execução orçamentária de 2026 os valores atualizados das respectivas dotações constantes no orçamento anterior, podendo ainda ser os valores totais atualizados em conformidade com os programas constantes do Plano Plurianual (2026/2029) ou da própria Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 (se aprovada) ou do exercício de 2025.

§ 2º As disposições consignadas no caput e no § 1º deste artigo serão objeto de regulamentação mediante decreto do Poder Executivo, que

Administração 2025/2028



PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

🛞 barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

disciplinará a execução e a compatibilização das despesas, afastandose, para esse fim, a necessidade de lei específica, quando caracterizada a imprescindibilidade de assegurar a continuidade da gestão fiscal e orçamentária.

Art. 49. Caso os valores previstos no anexo de metas fiscais se apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a autorizada.

Art. 50. As audiências públicas necessárias para elaboração das leis financeiro orçamentárias, determinadas no art. 48, parágrafo único, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, poderão se processar pelas formas virtuais.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar, independentemente da realização de novas audiências públicas, a legislação orçamentária caso sejam detectadas distorções ou necessidades de eventuais ajustes.

Art. 51. As disposições desta Lei que fazem referência a restrições próprias de exercícios em que se realizem eleições municipais, estaduais ou federais, em especial aquelas relativas ao art. 21 e ao art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, aplicam-se exclusivamente nos exercícios eleitorais, permanecendo, nos demais, como normas integrantes da presente Lei para efeitos de consolidação, harmonização e estabilidade redacional, quando aplicável ao exercício de 2026, se coincidir com eleições.

Art. 52. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Local UF, aos

MARIA LUCIA TEREZINHA GROTTA
Prefeita Municipal



Administração 2025/2028

- Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente! -

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br \ 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

LDO 2026 - ANEXO I

FINALIDADES COM OBJETO DE DESTINAÇÃO

DE RECURSOS AO TERCEIRO SETOR

VALOR ESTIMADO	FINALIDADE	ÁREA DE ATU- AÇÃO
24.000,00	Ações de atendimento asilar em regime de abrigo a idosos, oferecendo-lhes atividades que contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida nos aspectos biopsicossocial, em processo concomitante a satisfação de suas necessidades básicas de saúde física, mental, espiritual e de lazer, em consonância com seus objetivos estatutários, os quais preceituam a proteção humana das pessoas atendidas	Assistên- cia Social
24.000,00	Recuperação de jovens e adultos alcoóli- cos e drogados menores e maiores de idade, buscando e oferecendo-lhes ativi- dades que contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida, tendo como meta a recuperação dos internados para a volta ao convívio da sociedade	Assistên- cia Social
36.000,00	Assistência a pessoas que sofrem com enfermidades relacionadas ao câncer, com atividades administrativas e operaci- onais	Assistên- cia Social
216.000,00	Promover abrigo e proteção de crianças desamparadas do sexo masculino, incluindo demais ações com vista à melhoria de sua qualidade de vida. Considerando	Assistên- cia Social

Administração 2025/2028

Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente! -

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

	o disposto no parágrafo único do artigo 16 da Lei Federal n. 4320/64, que preconiza que o valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços	
216.000,00	Promover abrigo e proteção de crianças desamparadas do sexo feminino, incluindo demais ações com vista à melhoria de sua qualidade de vida. Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 16 da Lei Federal n. 4320/64	Assistên- cia Social
24.000,00	Promover Saúde através de atendimento Médico-Hospitalar qualificado em oncolo- gia	Saúde
24.000,00	Promover a pessoa com deficiência e as famílias vulnerabilizadas, possibilitando o acesso a bens e serviços, através das ações de prevenção, da articulação de políticas publicas e da defesa de direitos, favorecendo a qualidade de vida e impulsionando o processo de inclusão social	Ensino Especial
30.000,00	Promover atendimento às pessoas porta- doras de deficiência visual do município	Saúde
36.000,00	Dar abrigo e promover a recuperação de jovens e adultos alcoólicos e drogados, menores e maiores de idade. Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 16 da Lei Federal n. 4320/64	Assistên- cia Social
60.000,00	Realização de serviços clínicos e cirúrgi- cos eletivos na área de oftalmologia, de- manda reprimida da Secretaria Municipal de Saúde de Barrinha	Saúde
12.000,00	Promover ações que estabelece medidas de proteção aos animais, impedindo e reprimindo qualquer ato de crueldade, abandono, abuso, maus tratos contra os mesmos, recolhendo das ruas os animais	Assistên- cia Social





Administração 2025/2028

- Barrinha é cada um de nós. Vamos em frente! -

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 70 - CENTRO BARRINHA-SP - CEP 14.860-000

barrinha.sp.gov.br 📞 16. 3943.9400 CNPJ: 45.370.087/0001-27

	abandonados, doentes, feridos, atropela- dos, proporcionando-lhes assistência ve- terinária emergencial, alimentação e abrigo	
12.000,00	Desenvolver projeto de iniciação instru- mental, junto a munícipes e demais ativi- dades de cunho musical afetas a banda municipal	

Barrinha/SP, aos

MARIA LUCIA TEREZINHA GROTTA Prefeito(a) Municipal

BANDEIRANTIUM PRISCA FIDES

ANEXOS LDO 2026

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP Lei de Diretrizes Orçamentárias Anexo I - Planejamento Orçamentário/Fontes de Financiamento dos Prog. Gover. Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais Dados Enviados ao Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Fundamento Legal: ELABLDO2026 Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei Unidade Gestora: CONSOLIDADO Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora		. COIL	SOLIDADO	Receitas Previstas	
Constitution II			20		
Especificação	为保持的企业	2026 Direta Indireta			Total
Receites Comentes		- 6	Lineur	Jiuliela	
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes		180.333.000,00		180.333.000,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		22.974.270.00		22.974.270,00
1.2.0.0.00.0.00.00.00.00	Contribuições	-	2.625.000,00		2.625.000,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		922.050,00		922.050,00
1.6.0.0.00.0.00.00.00.00	Receita de Serviços		6.643.700,00		6.643.700.00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	121	145.613.025,00		145.613.025,00
1.9.0.0.00.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	1	1.554.955.00	-	1.554.955,00
	Contract Contract	7	2.004.000,00		1.004.00,00
Receitas de capital	A THE STATE OF THE	31			
2.0.0.0.00.0.00.00.00	Receitas de Capita!	-	1.000.00	2	1.000,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	- 6	1.000,00	-	1.000,00
Total de Receitas			180.334.000,00	-	180.334.000,00
76			The second second	44-4 (44-9)	
Deduções do receita		1 11	CA 1 1 13 1 1	130 50	
FUNDEB	The state of the s				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes		15.652.000,00	-	15.652.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	-	15.652.000,00	-	15.652.000,00
Total das Deduções			15.652.000,00		15.652.000,00
Total Liquido das Rece	itas		164.682.000,00	-	
Total Geral			164.682	2.000,00	1.64.682.000,00

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Operações Especiais

CÓDIGO DO PROGRAMA

0

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

20201

OBJETIVO

Consiste em despesas que não contribuem para manutenção das ações de governo das quais não resultam um produto e não geram contra-prestação direta sob forma de bens ou serviços.

JUSTIFICATIVA

Portaria STN n.42 de 14/04/1999.

METAS/INDICADORES NO EXERCICIO				
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro	
MONTANTE DA DÍVIDA PRECATÓRIOS	PARCELAS	12,00	12,00	
Parcelas PASEP	Qtde	12,00	12,00	
Parcelamento INSS	PARCELAS	12,00	12,00	
MONTANTE DA DÍVIDA PRECATÓRIOS	PARCELAS	12,00	12,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA		R\$	11.252.700,00	

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Processo Legislativo

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 1

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

CORPO LEGISLATIVO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

No.

10101

OBJETIVO

Proporcionar os meios necessários para o desenvolvimento e melhoria dos trabalhos administrativos da Casa. Garantir recursos para Reforma e Manutenção do Edifício Sede do Legislativo.

JUSTIFICATIVA

Para desempenhar com eficiência as funções de sua competência, cumprir as obrigações legais a Câmara necessitar contar com adequada estrutura física e organizacional.

METAS/INDICADORES N	O EXERCÍCIO		
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Índice Futuro
REUNIÕES PLENÁRIAS	REUNI	22,00	22,00
NÚMERO DE VEREADORES	VEREADORE	11,00	11,00
OBRAS SEDE LEGISLATIVO	m²	0,00	20,00
NÚMERO DE SERVIDORES	SERV	0,00	26,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES	%	0,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 6.175.000,00

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Supervisão e Coordenação Superior

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 3

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

GABINETE DO PREFEITO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

20101

No

OBJETIVO

Promover Ações Relacionadas ao Exercício de Direção, Coordenação e Assessoramento.

JUSTIFICATIVA

Garantir a Funcionalidade Plena das Atividades Governamentais.

METAS/INDICADORES NO EXERCICIO				
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro	
NÚMERO DE SERVIDORES	SERV	4,00	4,00	
SERVIÇOS BUROCRÁTICOS	%	100,00	100,00	
Chefe do Poder Executivo e Vice	PESS	2.00	2,00	
Controladoria Intetrna	SERV	1,00	1,00	
Relatorios da Controladoria	und	3,00	3,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA		p. V	R\$ 526.110,00	

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Fundo Social de Solidariedade

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

N

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

No

20102

OBJETIVO

Ampliar e desenvolver projetos sociais para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população. Incentivar a solidariedade educativa, implementando ações voltadas a capacitação profissional.

JUSTIFICATIVA

Deve enfrentar as consequências da exclusão social e mobilização popular, na construção de formas de superação ou minimização da fome e da miséria.

Indicadores	Unidada de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
ATENDIMENTO A PESSOAS	PESS	1200,00	1200,00
Distribuição de Cestas Basicas	Otde	1200,00	1200.00
NÚMERO DE SERVIDORES	SERV	2.00	2.00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			RS 40.000.0

Tipo: Projeto de Lei

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos Custos para o Exercício 2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Amparo, Entretimento e Proteção ao Menor

CÓDIGO DO PROGRAMA

Data: 01/07/2025

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA FUNDO DA CRIANCA E ADOLESCENTE (CMDCA)

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

No

No

20103

5

OBJETIVO

Promover ações relacionadas a segurança, formação e bem estar da criança e do adolescente.

JUSTIFICATIVA

Oferecer as crianças e adolescentes as garantias mínimas previstas pela Constituição e pelo seu Estatuto.

METACHIADICADORE:	Unidade	Indice	Indice
ATENDIMENTO A PESSOAS	de Medida PESS	60.00	Futuro 60,00
NÚMERO DE SERVIDORES	SERV	2,00	2,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA	CONTRACTOR CAS		R\$ 17.700,00

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Serviço Militar

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

6

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

JUNTA DE SERVICO MILITAR

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

20104

OBJETIVO

Promover ações relacionadas à Administração exercida continuamente referente à execução de serviços da Junta Militar.

JUSTIFICATIVA

Dotar o Governo Municipal ferramentas necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades administrativas referente à Junta Militar.

METAS/MINOAGOR Indicadores	Unidade	Indice	Indice
nuivanores	de Medida	Recente	Futuro
NÚMERO DE ALISTAMENTO	ALIST	225.00	225.00
NÚMERO DE SERVIDORES	SERV	1,00	1.00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 12,700.0

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Suporte Administrativo

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 7

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº

20201

OBJETIVO

Promover ações relacionadas à Administração exercida continuamente referente a execução de diversos programas, inclui elaboração do Plano Diretor, Concurso Público, Reforma Administrativa e etc.

JUSTIFICATIVA

Dotar o Governo Municipal ferramentas necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades administrativas.

Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice
SERVIÇOS BUROCRÁTICOS	%	100,00	100,00
População do Municipio	POP	32092,00	32300,00
lo de Empenhos e Liquidações	Otde	8168,00	8200.00
Numeros de Editais Audiencias Publicas	Qtde	20,00	20,00
NÚMERO DE SERVIDORES	SERV	65,00	65,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA		R\$	11.349.100,0

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Ensino Infantil

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ENSINO INFANTIL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

20301

No

OBJETIVO

Assegurar o desenvolvimento integral da crianças até cinco anos de idade, em seus aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

JUSTIFICATIVA

Crianças de zero a cinco anos Direito Constitucional concedido sob a rubrica da gratuidade, a exemplo do ensino fundamental, inexiste discricionariedade do Poder Público.

Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Futuro
NÚMERO DE ALUNOS	AL .	1490,00	1490,00
NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES	ESC	11,00	11,00
NÚMERO DE PROFESSORES INFANTIL	PROF	73,00	73,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA	PROF		73,00 R\$ 1.417.150

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tij

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Educação Especial

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

9

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

EDUCAÇÃO ESPECIAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

NIO

20302

OBJETIVO

Garantir políticas públicas educacionais que atendam a uma proposta pedagógica e assegure recursos especiais organizados para complementar e suplementar as atividades educacionais de modo a promover o desenvolvimento de potencialidades dos educandos portadores de necessidades especiais.

JUSTIFICATIVA

Constitui dever do poder Público o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Inspirada nos ideais de solidariedade humana, a educação pública gratuita dever garantida pelo Estado.

METAS/INDICADORES	S NO EXERCICIO		
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
NÚMERO DE ALUNOS	AL	75,00	76,00
NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES	ESC	1,00	1.00
Numero de Professores Ensino Especial	PESS	45,00	45,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 413,000,0

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Ensino Fundamental

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

10

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ENSINO FUNDAMENTAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

No

20303

OBJETIVO

Desenvolver o educando para o exercício de cidadania, instrumentalizando-o para o mundo do trabalho ou para o prosseguimento dos estudos. Atender a demandas das crianças e adolescentes de seis a catorze anos, através da construção, reforma e ampliação das escolas da rede municipal do ensino fundamental, garantindo a formação permanente de seus profissionais, sua manutenção, seus equipamentos, materiais permanentes e de consumo, alimentação, assim como projetos pertinentes.

JUSTIFICATIVA

Necessidade da expansão e a garantia da oferta da segunda etapa da educação básica, prescrito pelo artigo 211, parágrafo 2º, da Constituição Federal

Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	indica Futura
OBRAS ENSINO FUNDAMENTAL	m²	1,00	1,00
NÚMERO DE ALUNOS	AL	3900,00	3900,00
Prediios Escolares	Qtde	10,00	9.00
Transporte Escolar	AL	830,00	830,00
No Formação Continuada	PROF	5,00	5,00
N Reformas Escolares	und	2,00	2,00
No Ampliação Escolares	und	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA		RS	11.601.200,00

THE REPORT OF THE PARTY OF THE

NE COLET CHEST COLET COL

Página: 11 de 27 25/07/2025 14:01:21

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos Custos para o Exercício 2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Fundeb Fundamental

CÓDIGO DO PROGRAMA

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDEB 70%

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

NIO

No

20304

11

OBJETIVO

Promover ações que objetivam atender as atividades educacionais na população na faixa de obrigatoriedade escolar e com fácil acesso a escola.

JUSTIFICATIVA

Oferecer aos estudantes as condições necessárias ao pleno desenvolvimento do aprendizado e condições de frequência as aulas.

Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
DBRAS FUNDEB FUNDAMENTAL	m²	1.00	1.00
IÚMERO DE PROFESSORES FUNDAMENTAL	PROF	260.00	260.00
IÚMERO DE ALUNOS	AL	3900.00	3900.00

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Fundeb Infantil

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

12

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDEB 30%

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

NIO

20305

OBJETIVO

Promover ações que objetivam atender as atividades educacionais na população na faixa de obrigatoriedade escolar e com fácil acesso a escola.

JUSTIFICATIVA

Oferecer aos estudantes as condições necessárias ao pieno desenvolvimento do aprendizado e condições de frequência as aulas.

METAS/INDICADORES	NO EXERCÍCIO		
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice
NÚMERO DE PROFESSORES INFANTIL	PROF	73,00	73,00
NÚMERO DE ALUNOS	AL	1490.00	1.490,00
OBRAS FUNDEB INFANTIL	m²	1,00	1.00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA		RS	1.0.937.400,0

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Fundeb EJA

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDEB 70%

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

NIO

20304

13

OBJETIVO

Promover ações que objetivam atender as atividades educacionais na população na faixa de obrigatoriedade escolar e com fácil acesso a escola.

JUSTIFICATIVA

Oferecer aos estudantes as condições necessárias ao pleno desenvolvimento do aprendizado e condições de frequência as aulas.

Indicadores	Unidade de Medida	indice Recenta	Indice Futuro
NÚMERO DE PROFESSORES EJA	PROF	10,00	10,00
ALUNOS EJA	AL	80,00	80,00

Página: 14 de 27 25/07/2025 14:01:21

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos Custos para o Exercício 2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração F

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Merenda Escolar

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

14

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

MERENDA ESCOLAR

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIA.

20306

OBJETIVO

Promover ações que objetivam proporcionar alimentação de qualidade aos alunos da Educação Básica e Ensino Médio.

JUSTIFICATIVA

Proporcionar aos alunos da rede pública alimentação necessária no perídio de frequência as aulas...

METASAMDICADORES	NO EXERCICIO		
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recents	Indice Suturo
NÚMERO DE REFEIÇÕES	REF	1540000,00	1540000,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA		R	3.109.600,00

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Cultura

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

15

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

CULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

No

20307

OBJETIVO

Incentivar a criação e difusão das expressões artistico-culturais, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de produção cultural, propiciando a inclusão social e prática da cidadania.

JUSTIFICATIVA

Garantir a todos cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso as fontes de cultura nacional apoiando e incentivando a valorização da difuão das manifestações culturais.

Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
NÚMERO DE PARTICIPANTES	PART	5000,00	5000,00
Aniversario da Cidade	Qtde	1,00	1,00
estas Juninas	Qtde	1,00	1,00
Reveillon	Qtde	1,00	1,00
Carnaval	Dias	4,00	4,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 205.700,0

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Esporte e Lazer

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Partie Composit (1985) (Cort. In Partie) The Cort (Cort of Cort (1984) (1985) (1985)

ESPORTE, LAZER E TURISMO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

110

20401

16

OBJETIVO

Promover ações que visam recreação e lazer de caráter comunitário extensivo a população de maneira geral e atividades pertinentes aos esportes praticados por amadores.

JUSTIFICATIVA

Proporcionar a população formas de recreação e lazer e incentivar a prática esportiva.

METASMACYCADARES AND EX Indicadores	ERCICIO Unidade de Medida	indice Recente	Indice Futuro
OBRAS DO ESPORTE	m ²	0.00	100,00
NÚMERO DE EVENTOS ESPORTIVOS	EVEN	6.00	6.00
NÚMERO DE PARTICIPANTES	PART	5000.00	5000.00
Super Copa - Futebol	Otde	1.00	1.00
Taça EPTV Futsal	Otde	1,00	1,00
Campeonato Master Futebol Campo	Otde	1.00	1.00
Campeonato Amador Futebol Campo	Otde	1.00	1.00
Forneio Primeiro de Maio Futebol Campo	Otde	1,00	1,00
Forneio Gospel Futsal	Qtde	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 306.200,00

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Assistência Social

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

18

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

No

20601

OBJETIVO

Promover e garantir a execução das ações preconizadas na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social, através do acolhimento e atendimento das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social e/ou pessoal, proporcionando o acesso as oportunidades com vistas a autonomia e emancipação.

JUSTIFICATIVA

A Assistência Social no Brasil prevista na Constituição Federal de 1.988, e regulamentada pela Lei n.º 8.742 de 07 de dezembro de 1.993 (LOAS), é um política pública. A organização e a execução dos serviços do FMAS tem como base as diretrizes da LOAS.

designated of regions .

MSTAS/INDICADORES NO C	Unidade	Indica	Indice
Indicadores	de Medida	Recente	Futuro
Predio Fdo Municipal Assistencia Social	und	1,00	1,00
CENTRO DO IDOSO	und	1,00	1,00
Numeros de Cestas Basicas Distribuidas	Qtde	2550,00	2550,00
Bolsa Familia	Fam. Atend	1780,00	1780,00
Numkero de Familias Atendidas Aulas de Artesanato	Qtde	250,00	250,00
Aulas de Artesanato	PESS	90,00	90,00
Crianças e Jovens Atendidos	PESS	280,00	280,00
Leite Integral	Fam Cadast.	2008,00	2008,00
NÚMERO DE SERVIDORES	SERV	14,00	14,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			A\$ 5.338,100,00

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Serviços Municipais

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

19

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SERVIÇOS MUNICIPAIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

NIO

20701

OBJETIVO

Promover ações que visam a limpeza e varrição de vias públicas, admnistração e manutenção de cemitérios, praças, parques e jardins, arborização e remoção de lixo domiciliar.

JUSTIFICATIVA

Prover o município de meios necessários, manutenção e desenvolvimento dos serviços de utilidade pública.

METAS/INDICADORES NO	EXERCÍCIO		
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
OBRAS RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	m²	0,00	1000,00
ATENDIMENTO POPULACIONAL	POP	32092,00	32300,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA		R\$	13.876.100,00

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Saneamento Geral

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

20

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SANEAMENTO GERAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

NIO

20702

OBJETIVO

Promover ações em benefício das comunidades, no que se refere a melhoria do nível de higiene pública, inclui o controle das regiões e logradouros insalubres e outros possíveis focos que atendem a Saúde Pública.

JUSTIFICATIVA

Implantar em residências e áreas mais carentes ocndições mínimas de higiene.

Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	indice Futuro
OBRAS SANEAMENTO	m²	0,00	300.00
NÚMEROS DE LIGAÇÕES DE ÁGUA	LIG	6245,00	6245,00
NÚMERO DE LIGAÇÕES DE ESGOTO	LIG	6245,00	6245.00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 7.531.000.

Página: 20 de 27 25/07/2025 14:01:21

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Agricultura

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

21

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

AGRICULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

NIO

20801

OBJETIVO

Promover ações que objetivam proporcionar assistência ao Produtor Rural, visando orientá-lo para novos processos de produção, conservação do solo, melhor desempenho do setor e aumento da produção e/ou produtividade. Garantir recursos para a produção de mudas de árvores, plantas, flores, visando o desenvolvimento e a preservação do meio rural, a arborização dos logradouros públicos e a ampliação da área verde da cidade.

JUSTIFICATIVA

Oferecer aos produtores rurais do município, assistência técnica, visando melhores condições de desenvolvimento de suas atividades. As arvores são essenciais a vida do homem urbano. Entre tanto benefícios, reduzem a poluição do ar, equilibram a temperatura, protegem o lençol freático e embelezam a paisagem.

METASHINDICADUR	es no exercicio		
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Future
NÚMERO DE PRODUTORES RURAIS	PROD	263,00	263,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA		. 5 1 0 1 1 1 1 1 1	R\$ 16.500.0

Página: 21 de 27 25/07/2025 14:01:21

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos Custos para o Exercício 2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

CÓDIGO DO PROGRAMA

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO

Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Meio Ambiente

22

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

No

20802

OBJETIVO

Promover ações que objetivam proporcionar assistência ao Prdoutor Rural, visando orientá-lo para novos processos de produção, conservação do solo, melhor desempenho do setor e aumento da produção e/ou produtividade. Garantir recursos para a produção de mudas de arvores, plantas, flores, visando o desenvolvimento e a preservação do meio rural, a arborização dos logradouros públicos e a ampliação da área verde da cidade.

JUSTIFICATIVA

Oferecer aos produtores rurais do município, assistência técnica, visando melhores condições de desenvolvimento de suas atividades. As arvores são essenciais a vida do homem urbano. Entre tanto benefícios, reduzem a poluição do ar, equilibram a temperatura, protegem o lençol freático e embelezam a paisagem.

Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
KM AREA PRESERVADA	AREA	181250,00	181250,00
AREA TOTAL DO MUNICÍPIO	AREA	146,02	146,02
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 84.500,00

2020

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legai: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

CONSELHO TUTELAR

CÓDIGO DO PROGRAMA

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

CONSELHO TUTELAR

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

No

No

20105

24

OBJETIVO

DIPOR DE APARELHAMENTO CONSTITUIDO DE PESSOAS PREPARADAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES NO SENTIDO DE VIABILIZAR UM ATENDIMENTO PERMANENTE À DEMANDA PROVOCADAS NA ATENÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

JUSTIFICATIVA

DEVIDO AO ALTO INDICE DE FAMILIAS QUE VIVEM ABAIXO DA LINHA DA POBREZA, OS PROBLEMAS COMPORTAMENTAIS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE TENDEM A PROVOCAR INQUETAÇÃO SOCIAL, ASSIM, TORNA-SE IMPERIOS A EXISTENCIA DE UMA ESTRUTURA ARROJADA DE MODO A ENFRENTAR ESTA QUESTÃO, VIA DE REGRA ATINGE DIRETAMENTE UM SEGMENTO IMPORTANTE DA COMUNIDADE.

Indicadores	Uniriade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
Conselheiros	PESS	5,00	5,00
Reuniões Anuais	Qtde	12,00	12,00
/eiculos	Qtde	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA	表现代表面 6 本国 图图 6 是2 S		R\$ 347.050,0

Página: 23 de 27 25/07/2025 14:01:21

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos Custos para o Exercício 2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo:

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Administração

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

26

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

810

20201

OBJETIVO

Promover ações relacionadas à Segurança Publica no município. **JUSTIFICATIVA**

Melhorar segurança publica no município, dando mais segurança aos munícipes

METASINDICADORES	NO EXERCICIO		
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
Horas Trabalhadas	Horas	0,00	11680,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA		1.5 5 7 7 7	R\$ 190.000,00

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GESTÃO EM SAUDE

CÓDIGO DO PROGRAMA

N° 27

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

20501

OBJETIVO

Promover ações relacionadas com a criação e manutenção de infra-estrutura para prestação de serviços médicos, dos ambulatórios, postos de saúde e escolas. Além de reforçar no contexto das ações de saúde que ainda preserva uma conotação curativa, para uma ótica preventiva e de promoção à saúde e continuar direcionando os investimentos para as ações e promoção a Atenção Básica.

JUSTIFICATIVA

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, considerando a carta da saúde que tem como princípio, a "Saúde direito de todos e dever do Esatdo", agora fortalecido pelo "Pacto pela Vida", "Pacto de Gestão" e o "Pacto em defesa do SUS", visando a redução do risco de agravo e ampliação do acesso universal e igulitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação, com equidade, diminuindo as desiguldades e promovendo serviços de qualidade.

METASANDICADORES NO EXE	ecicio		
Indicadores	Unidade de Medicia	Indice Recente	Indice Futuro
OBRAS SAÚDE	m²	1,00	1,00
NÚMERO DE CONSULTAS	CON	340000,00	340000,00
Numero de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) das 4 principais DCNT	PESS	35,00	35,00
Proporção de òbitos de Mulheres em Idade Fértil (MIF) Investigados	%	94,00	94,00
Proporção de Registro de Óbitos com causa básica definida Prop. de vacinas selecionadas do CNV para crianças (2 anos -	%	96,00	96,00
pentavalente 3a dose, pneumocócica 10-valente, 2a, Poliomilite 3a,	W. H. S. 751.	w with the	
Tríplice viral 1a, com cobertura vacinal preconizada	%	100,00	100,00
Prop. de casos de doenças de notif. compuls. imediata (DNCI)	Stranda Mar	April 19 191	
encerradas em até 60 dias após notificação Prop. de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos	%	100,00	100,00
das coortes Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de	%	100,00	100,00
idade	CRIAN	0,00	0,00
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em	promote at the		
mulheres de 50 a 64 anos na população residente de determinado local	12.6	e land	A 6 (D
e da mesma faixa etária	Razão	0,70	0,70
Razão de exames citopatolicos do colo do utero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da			
mesma faixa etária	Razão	0,21	0,21
Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar Proporção de Gravidez na adolecência entre as faixas etáriaos 10 a 19	%	46,00	46,00
anos	%	10.00	10.00
Taxa de Mortalidade Infantil	CRIAN	6,00	6.00
Cobertura Populacional Estimada pelas equipes de atenção básica Cobertura de acompanhamento das condicionalidade de saúde do prog.	%	60,00	60,00
bolsa familia	%	55.00	55.00
Cobertura populacional estimada de saude bucal na atenção basica Numero de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis	%	55,00	55,00
visitados para controle vetorial da dengue Prop. de preenchimento do campo ocupação nas notificações de	Ciclo	4,00	4,00
agravos relacionados ao trabalho	%	100,00	100,00
Covid 19 - Qtde de Casos	PESS	8949,00	8949,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 25/Jul/2025, 14h e 00m.

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026 Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

 Covid 19 - qtde de obitos
 PESS
 138,00
 138,00

 Covid 19 - qtde de curados
 PESS
 8811,00
 8811,00

 Quantidade doses aplicadas acumuladas
 und
 86235,00
 86235,00

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA R\$ 42.664.590,00

Página: 26 de 27 25/07/2025 14:01:21

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos Custos para o Exercício 2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA TURISMO

CÓDIGO DO PROGRAMA

No

29

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ESPORTE, LAZER E TURISMO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

No

20401

OBJETIVO

Promover ações que visam turismo comunitário extensivo a população de maneira geral.

JUSTIFICATIVA

Proporcionar turismo a população em geral

METASANDICADORE	S NO EXERCICIO		
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	indice Futuro
NÚMERO DE SERVIDORES	SERV	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA		1001011	R\$ 20.000,00

Página: 27 de 27 25/07/2025 14:01:21

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos Custos para o Exercício 2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Reserva de Contingência

CÓDIGO DO PROGRAMA

99

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

No

20201

OBJETIVO

Manter reserva visando o atendimento de Passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

JUSTIFICATIVA

Atendimento ao art.5º, III da LC 101 04/05/2000. - I write it was the four the ste

METALIBRACADORES N	() EXERCÍCIO		
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	indice Futuro
PERCENTUAL	%	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA TOTAL GERAL ESTIMADO PARA OS PROGRAMAS			\$ 1.650.000,00 64.682.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 25/Jul/2025, 14h e 01m.

Página 1 de 51

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

	Dados Enviados ao Legislativo	slativo	
Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
INIDADE EVECITORA			
CORPO LEGISLATIVO			1
CÓDIGO DA UNIDADE			N° 01.01.01
FUNÇÃO			
Legislativa			1
CÓDIGO DA FUNÇÃO			No
SUBFUNÇÃO			
Ação Legislativa			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			Nº 31
PROGRAMA			
Processo Legislativo			
CÓDIGO DO PROGRAMA			N° 1
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	NTAIS	
ATIVIDADE			
MANUTNÇÃO DO CORPO LEGISLATIVO	VO		
CÓDIGO DA ATIVIDADE			20
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			UNIDADE DE MEDIDA
22,00			und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EXERCÍCIO		2.976.600,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 25/Jul/2025, 14h e 01m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Dados Enviados ao Legislativo

3	and the same of th		
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
CORPO LEGISLATIVO			
CÓDIGO DA UNIDADE			Nº 01.01.01
FUNÇÃO			
Legislativa			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			Nº 1
SUBFUNÇÃO			
Previdência Básica			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			Nº 271
PROGRAMA			
Processo Legislativo			
CÓDIGO DO PROGRAMA			No.
Mark September 1	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE			
MANUTNÇÃO DO CORPO LEGISLATIVO			
CÓDIGO DA ATIVIDADE			No
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	The state of the s	UNIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
22,00		-	und
SERVICE AND THE RESIDENCE PROPERTY OF SERVICE PROPERTY AND THE PROPERTY AN	to design the same and on the same and the sa	Control of the last two cases and the control of th	

Tipo: Projeto de Lei

Situação: Em Elaboração CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO MANUTENÇÃO DA SECRETARIA META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026** Fundamento Legal: ELABLDO2026 TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Dados Enviados ao Legislativo INICIAL Data: 01/07/2025

CÓDIGO DO PROGRAMA

Processo Legislativo

CÓDIGO DA ATIVIDADE

UNIDADE DE MEDIDA

2.600.090,00

o.

ATIVIDADE

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

PROGRAMA

SUBFUNÇÃO CÓDIGO DA FUNÇÃO

Ação Legislativa

SECRETARIA DA CAMARA

UNIDADE EXECUTORA

CÓDIGO DA UNIDADE

FUNÇÃO

egislativa

No 1

N° 01.01.02

Nº 31

Z

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Data: 01/07/2025

Tipo: Projeto de Lei

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO

Situação: Em Elaboração SECRETARIA DA CAMARA CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO CÓDIGO DA ATIVIDADE CÓDIGO DO PROGRAMA CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO CÓDIGO DA FUNÇÃO CÓDIGO DA UNIDADE UNIDADE EXECUTORA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA Processo Legislativo 26,00 Fundamento Legal: ELABLDO2026 Dados Enviados ao Legislativo TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS INICIAL

UNIDADE DE MEDIDA

314.910,00

Z

ATIVIDADE

Previdência Básica SUBFUNÇÃO

PROGRAMA

FUNÇÃO

_egislativa

No.

Z,

271

20

Nº 01.01.02

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Dados Enviados ao Legislativo

Olluayao. Lili Liabolayao	ואוכואו	ייוףטי דייטןפיט מפ בפו
	INICIAL	
UNIDADE EXECUTORA		
GABINETE DO PREFEITO		
CÓDIGO DA UNIDADE		Nº 02.01.01
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO		Nº 4
SUBFUNCÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		Nº 122
PROGRAMA		
Supervisão e Coordenação Superior		
CÓDIGO DO PROGRAMA		No 3
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
ATWIDADE		
MANUTENÇÃO DO GABINETE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE		No 3
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		UNIDADE DE MEDIDA
12,00		und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	venoion	526 110 00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 25/Jul/2025, 14h e 01m.

Planejamento Orçamentário - LDO Prefeitura Municipal de Barrinha-SP

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Dados Enviados ao Legislativo

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO Situação: Em Elaboração META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO CÓDIGO DA ATIVIDADE MANUTENÇÃO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE ATTVIDADE CÓDIGO DO PROGRAMA PROGRAMA CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO SUBFUNÇÃO CÓDIGO DA FUNÇÃO FUNÇÃO CÓDIGO DA UNIDADE FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE UNIDADE EXECUTORA Assistência Social undo Social de Solidariedade ssistência Comunitária 48.000,00 Fundamento Legal: ELABLDO2026 TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Data: 01/07/2025 UN®ADE DE MEDIDA Tipo: Projeto de Lei und No. Z Z S Z, 244 02.01.02 40.000,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	ipo: Projeto de Lei
W .	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		A COLUMN TO THE REAL PROPERTY OF THE PARTY O	
FUNDO DA CRIANCA E ADOLESCENTE (CMDCA)	CMDCA)		
CÓDIGO DA UNIDADE			Nº 02.01.03
FUNÇÃO			
Assistência Social			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			N
SUBFUNÇÃO			
Assistência à Criança e ao Adolescente			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			N° 243
PROGRAMA			
Amparo, Entretimento e Proteção ao Menor			3
CÓDIGO DO PROGRAMA			N.
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	NTAIS	
ATIVIDADE			
MANUTENÇÃO DO CMDCA			7
CÓDIGO DA ATIVIDADE			2
META EÍSICA PARA O EXERCÍCIO			UNIDADE DE MEDIDA
5.000,00			und
מילים מילים האמת הבער המילים	CT STORY		17.700,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 25/Jul/2025, 14h e 01m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026 Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL	
UNIDADE EXECUTORA		
JUNTA DE SERVICO MILITAR		
CÓDIGO DA UNIDADE		Nº 02.01.04
EINCÃO		
ONCAO		The second secon
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO		No
SUBFUNÇÃO		
Administração Gerai		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		No. 1727
PROGRAMA		AND THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE OWNER. THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE OWNER.
Serviço Militar		
CÓDIGO DO PROGRAMA		20
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA JSM		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	- 0.0	200
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		UNIDADE DE MEDIDA
250,00		und
CHISTO SIMANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	O EXERCÍCIO	12.700,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026** Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
CONSELHO TUTELAR			1
CÓDIGO DA UNIDADE			Co.10.20
FUNÇÃO			
Assistência Social	^		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Ž.		20
SUBFUNÇÃO			
Assistência à Criança e ao Adolescente			- 1
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	7		W 243
PROGRAMA			
CONSELHO TUTELAR			- 1
CÓDIGO DO PROGRAMA			Nº 24
1	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	NTAIS	
ATIVIDADE			,
MANUTENÇÃO GERAL DO CONSELHO TUTELAR	UTELAR		
CÓDIGO DA ATIVIDADE			N-
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			UNIDADE DE MEDIDA
5,00		7	una

Página 10 de 51

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Situação: Em Elaboração	Fulldainento Legai. ELEDEDOZOZO Data: Officiation	
	INICIAL	
UNIDADE EXECUTORA		
ADMINISTRAÇÃO GERAL		
CÓDIGO DA UNIDADE		N° 02.02.01
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO		No
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		Nº 122
PROGRAMA		
Suporte Administrativo		
CÓDIGO DO PROGRAMA		Nº 7
lac A	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	GERAL	
CÓDIGO DA ATIVIDADE		No 7
META FISICA PARA O EXERCÍCIO		UNIDADE DE MEDIDA
190,00		und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	11.279.100,00

Página 11 de 51

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLUCZUZ6	Data: GHOTIZOZO	npo. riojeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
CÓDIGO DA UNIDADE			N° 02.02.01
FUNÇÃO			
Administração			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			No 4
SUBFUNÇÃO			
Administração Geral			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			Nº 122
PROGRAMA			
Suporte Administrativo			
CÓDIGO DO PROGRAMA			Nº 7
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	NTAIS	
ATIVIDADE			
PROPAGANDA E PUBLICIDADE OFICIAL	AL		
CÓDIGO DA ATIVIDADE			Nº 23
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			UNIDADE DE MEDIDA
12,00			und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EXERCICIO		70.000,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLD02026	Data: 01/9//2025	ilpo, riojeto de se
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
ADMINISTRACAO GERAL			
CÓDIGO DA UNIDADE			No 02.02.01
FUNÇÃO			
Segurança Pública			7
CÓDIGO DA FUNÇÃO			No.
SUBFUNÇÃO			
Policiamento			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			Nº 181
PROGRAMA			
Administração			
CÓDIGO DO PROGRAMA			No. 25
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	IS	
ATTVIDADE	e organización		- 7
Cidade Segura			_
CÓDIGO DA ATIVIDADE			27
META EÍSICA PARA O EXERCÍCIO			UNIDADE DE MEDIDA
150.000,00			und
ביים ביים ביים ביים ביים ביים ביים ביים			190,000,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026 Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL	
UNIDADE EXECUTORA		
ADMINISTRAÇÃO GERAL		
CÓDIGO DA UNIDADE		Nº 02.02.01
FUNÇÃO		
Encargos Especiais		
CÓDIGO DA FUNÇÃO		Nº 28
SUBFUNÇÃO		
Serviço da Dívida Interna		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		Nº 843
PROGRAMA		
Operações Especiais		
CÓDIGO DO PROGRAMA		N° 0
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
OPERAÇÃO ESPECIAL		
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS		
CÓDIGO DA OPERAÇÃO ESPECIAL		No.
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		UNIDADE DE MEDIDA
12,00		und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	XERCÍCIO	3,400,100,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

	Fundamento Legal: ELABLUOZUZO	Data. on one	
Situação: Em Elaboração	INICIAL		
THE PARE EXECUTORA			
ADMINISTRACAO GERAL			10.00 102 02.01
CÓDIGO DA UNIDADE			
FUNÇÃO			
Encargos Especiais			No 28
CÓDIGO DA FUNÇÃO	(4)		
SUBFUNÇÃO			
Serviço da Dívida Interna		The second secon	No 843
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			
PROGRAMA			
Operações Especiais			No o
CÓDIGO DO PROGRAMA			
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	NTAIS	
OPERAÇÃO ESPECIAL			
DIVIDAS CONTRATADAS		THE RESERVE THE PROPERTY OF THE PARTY OF THE	No 3
CÓDIGO DA OPERAÇÃO ESPECIAL			
			UNIDADE DE MEDIDA
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			hud
12.00			GO 000 000 S

Tipo: Projeto de Lei

N.

28

No.

846

Z_o

N° 02.02.01

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO CÓDIGO DA OPERAÇÃO ESPECIAL CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental Fundamento Legal: ELABLDO2026 Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Dados Enviados ao Legislativo TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS INICIAL Data: 01/07/2025

OPERAÇÃO ESPECIAL

Contribuição ao PASEP

UNIDADE DE MEDIDA

Z

und

1.652.600,00

CÓDIGO DO PROGRAMA Operações Especiais PROGRAMA CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Outros Encargos Especiais SUBFUNÇÃO CÓDIGO DA FUNÇÃO Encargos Especiais UNIDADE EXECUTORA

FUNÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE ADMINISTRACAO GERAL Situação: Em Elaboração

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
CÓDIGO DA UNIDADE			Nº 02.02.01
FUNÇÃO			
Reservas			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			N° 99
SUBFUNÇÃO			
Reserva de Contingência			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			Nº 999
PROGRAMA			
Reserva de Contingência			
CÓDIGO DO PROGRAMA	*,		Nº 99
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	NTAIS	
PROJETO			
Reserva de Contingência			
CÓDIGO DO PROJETO			Nº 999
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			UNIDADE DE MEDIDA
1,00			und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EVEROGOIO		1.650.000,00

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: ELABLDO2026

Data: 01/07/2025

Tipo: Projeto de Lei

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Dados Enviados ao Legislativo

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentario - LDO

ENSINO INFANTIL

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO CÓDIGO DA FUNÇÃO CÓDIGO DA UNIDADE META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO CÓDIGO DO PROJETO CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO PRÉDIO ENSINO INFANTIL CÓDIGO DO PROGRAMA CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO UNIDADE EXECUTORA 100,00 TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS INICIAL

UNIDADE DE MEDIDA

No

m²

1.000,00

PROJETO

Ensino Infantil PROGRAMA Educação infantil SUBFUNÇÃO Educação FUNÇÃO

No.

N2

Nº 02.03.01

No

365

Z.

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
ENSINO INFANTIL			
CÓDIGO DA UNIDADE			N° 02.03.01
FUNÇÃO			
Educação			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			N° 12
SUBFUNÇÃO			
Educação Infantii			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			Nº 365
PROGRAMA			
Ensino Infantil			
CÓDIGO DO PROGRAMA			No 8
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	NTAIS	
ATIVIDADE		The second secon	, t
MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	- CRECHE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE			Nº 8
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1		UNIDADE DE MEDIDA
912,00			บทส
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EXERCÍCIO		1.229.450,00

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
ENSINO INFANTIL			
CÓDIGO DA UNIDADE			N° 02.03.01
FUNÇÃO			
Educação			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			Nº 12
SUBFUNÇÃO			
Educação Infantil			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			Nº 365
PROGRAMA			
Ensino Infantil			
CÓDIGO DO PROGRAMA			N° 8
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	NTAIS	
ATIVIDADE	The state of		
MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA	- PRE-ESCOLA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE			N° 29
אפדא בופוסא מאמא ט בעבמסוסוס			
912,00			und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EXERCÍCIO		186.700,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental 2026 Dados Enviados ao Legislativo Fundamento Legal: ELABLD02026 Data: 01/07/2025 Tipo: Projeto de

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLD02026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
EDUCAÇÃO ESPECIAL		A PROPERTY OF THE PROPERTY OF	
CÓDIGO DA UNIDADE			N° 02.03.02
FUNÇÃO			
Educação		The second second section is a second of the second second section in the second secon	
CÓDIGO DA FUNÇÃO			Nº 12
SUBFUNÇÃO			
Educação Especial		And the second control and the second of the	THE PERSON NAMED AND PASSAGE ASSESSMENT OF THE PERSON NAMED AS
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		And the second of the second o	No 367
PROGRAMA			
Educação Especial			-
CÓDIGO DO PROGRAMA			No 8
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	ITAIS	
ATIVIDADE	The second secon		10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1
MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	ECIAL		
CÓDIGO DA ATIVIDADE			N° 9
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			UNIDADE DE MEDIDA
90,00			und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	DEXERCÍCIO		413.000,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO CÓDIGO DO PROJETO CONSTRUÇÃO, REFORMAS, AMPLIAÇÃO PROJETO CÓDIGO DO PROGRAMA PROGRAMA CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Ensino Fundamental SUBFUNÇÃO CÓDIGO DA FUNÇÃO FUNÇÃO CÓDIGO DA UNIDADE ENSINO FUNDAMENTAL UNIDADE EXECUTORA Educação Ensino Fundamental 100,00 Fundamento Legal: ELABLDO2026 TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Data: 01/07/2025 UNIDADE DE MEDIDA Tipo: Projeto de Lei Nº 12 m² N° 02.03.03 No No Z, 10 361 24 1.000,00

Página 22 de 51

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
ENSINO FUNDAMENTAL			
CÓDIGO DA UNIDADE			N° 02.03.03
FUNÇÃO			
Educação			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			Nº 12
111111111111111111111111111111111111111			
SUBFUNÇÃO			
Ensino Fundamental			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			Nº 361
PROGRAMA			
Ensino Fundamental			
CÓDIGO DO PROGRAMA			Nº 10
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	NTAIS	
ATIVIDADE			
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	ENTAL.		
CÓDIGO DA ATIVIDADE			Nº 10
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			UNIDADE DE MEDIDA
4.969,00			und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EVEDOÍGIA		

Situação: Em Elaboração UNIDADE EXECUTORA FUNDEB 70% CÓDIGO DA UNIDADE FUNÇÃO	Fundamento Legal: ELABLDO2026 INICIAL	Data: 01/07/2025
Educação CÓDIGO DA FUNÇÃO	*	
SUBFUNÇÃO		
Ensino Fundamental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		
PROGRAMA		
Fundeb Fundamental		
CÓDIGO DO PROGRAMA		
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TAIS
ATTVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDEB FUNDAMENTAL	TAL	
CÓDIGO DA ATIVIDADE		
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		7
198,00		
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	ERCÍCIO	

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de la
	INICIAL		upor rojan na n
UNIDADE EXECUTORA			
FUNDEB 70%			
CÓDIGO DA UNIDADE			7
FUNÇÃO			N 102.03.04
Educação			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			
SUBFUNÇÃO			12
Educação Infantil			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			
PROGRAMA			300
Fundeb Infantil			
CÓDIGO DO PROGRAMA			N° 12
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	AIS	
ATIVIDADE			
MANUTENÇÃO DO FUNDEB INFANTIL - CRECHE	CRECHE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE			
			Nº 12
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		7	
912,00		_	UNIDADE DE MEDIDA
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	XERCÍCIO		

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO MAINUTENÇÃO DO FUNDEB INFANTIL - PRE-ESCOLA Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026** Fundamento Legal: ELABLDO2026 TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Dados Enviados ao Legislativo INICIAL Data: 01/07/2025

CÓDIGO DA ATIVIDADE

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

UNIDADE DE MEDIDA

Z

28

und

4.304.100,00

ATIVIDADE

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Z

365

Z,

12

No.

12

Z,

02.03.04

SUBFUNÇÃO

Educação Infantil

CÓDIGO DA FUNÇÃO

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA UNIDADE

UNIDADE EXECUTORA

FUNDEB 70%

CÓDIGO DO PROGRAMA

Fundeb Infantil PROGRAMA

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO

Situação: Em Elaboração

Tipo: Projeto de Lei

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLD02026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
FUNDEB 70%			
CÓDIGO DA UNIDADE			No 50 CO 100
FUNÇÃO			
Educação			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			No da
SUBFUNÇÃO			12
Educação de Jovens e Adultos	The second secon		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			
PROGRAMA			W 200
Fundeb EJA			
CÓDIGO DO PROGRAMA			Nº 13
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	SI	
ATTVIDADE			
MANUTENÇÃO DO FUNDEB EJA	5		
CÓDIGO DA ATIVIDADE			No 13
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			THE DADE DE MEDIDA
250,00			und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	XERCÍCIO		

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

oltuação. Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
FUNDEB 30%			
CÓDIGO DA UNIDADE			100 100 00
FUNÇÃO			N 02.03.05
Educação			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			018
SUBFUNÇÃO			2
Ensino Fundamental	And the second s	The state of the County of the	And the same of a time of the factor of the factor of the same of
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			
PROGRAMA			100
Fundeb Fundamental			
CÓDIGO DO PROGRAMA			No.
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TAIS	
PROJETO			Comp. E.
CONSTRUÇÃO, REFORMAS, AMPLIAÇÃO			
CÓDIGO DO PROJETO			Nº 31
			-
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			
100,00			ש ₂
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	RCÍCIO		

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026 Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL	
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB 30%		
CÓDIGO DA UNIDADE		N° 02.03.05
FUNCÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO		Nº 12
SUBFUNÇÃO		
Ensino Fundamental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		Nº 361
PROGRAMA		
Fundeb Fundamental		0.4
CÓDIGO DO PROGRAMA		Nº 11
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDEB FUNDAMENTAL	ENTAL	
CÓDIGO DA ATIVIDADE		Nº 11
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		UNIDADE DE MEDIDA
5.100,09		und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	6.477.100,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
FUNDEB 30%		And the second s	
CÓDIGO DA UNIDADE	811.63		No los os os
FUNÇÃO			
Educação			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			
			7E .M
SUBFUNÇÃO			
Educação Infantil			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			No 365
PROGRAMA			
Fundeb Infantii			
CÓDIGO DO PROGRAMA			No. 112
	The state of the s		
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	AIS	
PROJETO			
CONSTRUÇÃO, REFORMAS, AMPLIAÇÃO	ÇÃO		
CÓDIGO DO PROJETO			
	L		N° 32
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			THE DATE OF MEDICA
100,00			מיייטיטר טר אורטוטא
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EXERCÍCIO		
			5.000,00

Página 30 de 51

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

N° 02.03.05
Nº 12
No 365
N° 12
Nº 12
UN®ADE DE MEDIDA
und

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejarmento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
FUNDEB 30%		AND AND THE PARTY CONTRACTOR OF THE PARTY OF	And the second law was track for all the second law and the second law
CÓDIGO DA UNIDADE			N° 02.03.95
FUNÇÃO			
Educação		de campante de mensión de seculosidas de legados des legados (companios de destantes de	ACCORDING TO THE OWN OF THE SECONDARY STALES OF STALES WELL THE SECONDARY OF SECONDARY SECONDARY.
CÓDIGO DA FUNÇÃO	X-1.	And the second section of the second section is the second section of the second section in the second section	No 112
SUBFUNÇÃO			
Educação Infantil		AND THE PARTY OF THE PARTY OF THE PARTY PARTY TO SEE THE PARTY OF THE	THE RESIDENCE AND ADDRESS OF THE LABOUR MET AND ADDRESS OF THE PARTY O
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	14 1/2		No 365
PROGRAMA]
Fundeb Infantil		THE CHARLES HAVE AND AN AND ADDRESS OF THE PARTY NAMED TO SERVICE AND AD	NA ARMAN ARABITAT RAMENTAN IN MANAGEMENT AND ARRANGEMENT ARRANGEMENT AND ARRAN
CÓDIGO DO PROGRAMA		THE PLANE OF A CASE THE SECOND ASSESSED BY THE REAL PART AND ASSESSED.	Nº 12
A CANTE A C	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TAIS	AND THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO PERSONS AND PERSONS
ATTVIDADE		THE PARTY OF THE P	
MANUTENÇÃO DO FUNDEB INFANTIL - PRE-ESCOLA	- PRE-ESCOLA	AND THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE OWNER.	THE REAL PROPERTY IS NOT THE PROPERTY OF THE P
CÓDIGO DA ATIVIDADE		MANAGEMENT AND	Nº 28
NIETA FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			UNIDADE DE MEDIDA
922,00			und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EXERCICIO	The second secon	916.100,00

UNIDADE EXECUTORA FUNDEB 30%	Fundamento Legal: ELABLDO2026 Data: 01/07/2025	07/2025 Tipo: Projeto de Lei
FUNDEB 30%		
CÓDIGO DA UNIDADE		1 1
FUNÇÃO		N° 02.03.05
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO		
SUBFUNÇÃO		No 12
Educação de lovers o Adult		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		
		No 368
ROGRAMA		
Fundeb EJA		
CÓDIGO DO PROGRAMA		
	2	Nº 13
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
ATIVIDADE	Company of the Compan	
MANUTENÇÃO DO FUNDEB EJA		200 4 (4-4-3)
CÓDIGO DA ATIVIDADE		
		Nº 13
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		
250,00		UNIDADE DE MEDIDA
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	XEBOJOO	und
	SENCICIO	

Página 33 de 51

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

		Tipo: Projeto de
	INICIAL	i po: riojeto de Lei
UNIDADE EXECUTORA		
MERENDA ESCOLAR		
CÓDIGO DA UNIDADE		
FUNÇÃO		N° 02.03.06
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO		
SUBFUNÇÃO		Nº 12
Alimentação e Nutrição		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		
PROGRAMA		N° 306
Merenda Escolar		
CÓDIGO DO PROGRAMA		
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	N-
ATIVIDADE	The state of the s	
MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		The state of the s
CÓDIGO DA ATIVIDADE		
		Nº 14
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		
364.000,00		UNIDADE DE MEDIDA
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	5	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026** Fundamento Legal: ELABLDO2026 Data: 01/07/2025 Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Dados Enviados ao Legislativo INICIAL

No

15

No.

392

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

26,00

UNIDADE DE MEDIDA

205.700,00

S

15

CÓDIGO DA ATIVIDADE MANUTENÇÃO DA CULTURA ATIVIDADE

CÓDIGO DO PROGRAMA

Cultura PROGRAMA CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Difusão Cultural SUBFUNÇÃO CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 13

N° 02.03.07

Cultura

FUNÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE

UNIDADE EXECUTORA

Situação: Em Elaboração

Tipo: Projeto de Lei

Página 35 de 51

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Proieto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
ESPORTE, LAZER E TURISMO			
CÓDIGO DA UNIDADE			No Col ON
FUNÇÃO			
Desporto e Lazer			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			No 27
SUBFUNÇÃO			
Turismo			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			No 695
PROGRAMA			
TURISMO			
CÓDIGO DO PROGRAMA			N° 29
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	ITAIS	
ATIVIDADE		Contraction of the contraction o	
MANUTENÇAO TURISMO			
CÓDIGO DA ATIVIDADE			No 3G
			7
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EXERCÍCIO		20,090,00

Tipo: Projeto de Lei

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO META FISICA PARA O EXERCICIO MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental Fundamento Legal: ELABLDO2026 Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Dados Enviados ao Legislativo INICIAL Data: 01/07/2025

No

100

No

812

No

27

Nº 02.04.01

CÓDIGO DO PROGRAMA

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Desporto Comunitário SUBFUNÇÃO

PROGRAMA

Esporte e Lazer

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Desporto e Lazer FUNÇÃO CÓDIGO DA UNIDADE ESPORTE, LAZER E TURISMO UNIDADE EXECUTORA Situação: Em Elaboração

CÓDIGO DA ATIVIDADE

UNIDADE DE MEDIDA

Z

3

und

306.200,00

ATIVIDADE

Situação: Em Elaboração	Fulldamento Legal, ELABLECZOZO Data, e 1/01/2020	ipo, riojeto de Lei
	INICIAL	
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
CÓDIGO DA UNIDADE		N° 02.05.01
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO		Nº 10
SUBFUNÇÃO		
Atenção Básica		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		N° 301
PROGRAMA		
GESTÃO EM SAUDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA		Nº 27
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
PROJETO		
CONSTRUÇÃO, REFORMAS, AMPLIAÇÃO	10	
CÓDIGO DO PROJETO		Nº 17
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		UNIDADE DE MEDIDA
100,00		m²
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	XERCÍCIO	1.000,00

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tino: Projeto de la
	INICIAL	The state of the s	npo. mojeto de
UNIDADE EXECUTORA			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
CÓDIGO DA UNIDADE			No los or or
FUNCÃO			10.00.00
Saúde			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			No. 100
SUBFUNÇÃO			
Atenção Básica			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2		100 014
PROGRAMA			
GESTÃO EM SAUDE			
CÓDIGO DO PROGRAMA			Nº 27
	TIPOS DE ACÕES GOVERNAMENTAIS	TAIS	
ATIVIDADE			*
Custeio das Ações em Atenção Básica			
CÓDIGO DA ATIVIDADE			
			N 30
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		7	INIDADE DE MEDIDA
110.000,00			und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	XERCÍCIO		29.518.940.00

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
F	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		The second secon	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
CÓDIGO DA UNIDADE			N° 02.05.01
FUNÇÃO			
Saúde			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			Nº 10
SUBFUNÇÃO			
Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			N° 302
PROGRAMA			
GESTÃO EM SAUDE			
CÓDIGO DO PROGRAMA			Mº 27
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TAIS	
ATIVIDADE			4.44
Custeio das Ações em Assist. Hospitalar e Ambulatorial	e Ambulatorial		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	3		Nº 31
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		-	UNIDADE DE MEDIDA
110.000,00			und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EXERCÍCIO		8 674 600 00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Dados Enviados ao Legislativo

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO CÓDIGO DA ATIVIDADE ATIVIDADE CÓDIGO DO PROGRAMA Custeio das Ações de Suporte Prof. e Terapêutico CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO SUBFUNÇÃO GESTÃO EM SAUDE CÓDIGO DA FUNÇÃO PROGRAMA Suporte Profilático e Terapêutico UNIDADE EXECUTORA Situação: Em Elaboração FUNÇÃO CÓDIGO DA UNIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 110.000,00 Fundamento Legal: ELABLDO2026 TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Data: 01/07/2025 UNIDADE DE MEDIDA Tipo: Projeto de Lei und N_o Z No. N_o No. 4.193.050,00 303 32 02.05.01 27 10

	INICIAL	Pages a Marianto	ripo: Projeto de Lei
UNIDADE EXECUTORA			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
CÓDIGO DA UNIDADE		e en independent and independent and management and and and and an analysis of the state of the	No 62 65 04
FUNÇÃO			
Saúde			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			Nº 110
SUBFUNÇÃO			
Vigilância Sanitária	A THE PARTY OF THE	AMERICA DE LA CARTA CARTA DE C	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	rs.		Nº 304
PROGRAMA			
GESTÃO EM SAUDE			
CÓDIGO DO PROGRAMA			Nº 27
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	AIS	
ATIVIDADE			
Custeio das Ações da Vig. Sanitária			
CÓDIGO DA ATIVIDADE			Nº 33
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			UNIDADE DE MEDIDA
110.000,00			und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	XERCÍCIO		450 000 00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026

		Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL	
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
CÓDIGO DA UNIDADE		No 102.05.01
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO		1
SUBFUNÇÃO		100
Vigilância Epiderniológica		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		200
PROGRAMA		
GESTÃO EM SAUDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA		Nº 27
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
ATIVIDADE		
Custeio das Ações da Vig. Epidemiologica	80	
CÓDIGO DA ATIVIDADE		
		N° 34
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		UNIDADE DE MEDIDA
110.000,00		und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	124.000,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental 2026

The same and the s	-	
		upo. Hojeto de Lei
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	OCIAL	
CÓDIGO DA UNIDADE		
FUNÇÃO		W 02.00.0
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO		100
SUBFUNÇÃO	2	2
Assistência Comunitária		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		No. 244
PROGRAMA	7	-
Assistência Social		
CÓDIGO DO PROGRAMA		N° 18
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAI. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
CÓDIGO DA ATIVIDADE		
		Nº 18
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		
23.000,00		und
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	(PAIA)	Average and the second

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

	META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		CÓDIGO DA ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS	ATIVIDADE	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		CÓDIGO DO PROGRAMA	Serviços Municipais	PROGRAMA	CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Serviços Urbanos	SUBFUNÇÃO	CÓDIGO DA FUNÇÃO	Urbanismo	FUNÇÃO	CÓDIGO DA UNIDADE	SERVIÇOS MUNICIPAIS	UNIDADE EXECUTORA	INICIAL	Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: ELABLDO2026 Data: 01/07/2025
und	UNIDADE DE MEDIDA	N°					Nº 19				No 450			-	And the last has been been been been been been been bee		No Cu cu on				Tipo: Projeto de Lei

Página 45 de 51

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Charles Lin Liaboração	rundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
SERVIÇOS MUNICIPAIS			
CÓDIGO DA UNIDADE			
FUNÇÃO			70.70.Z0
Urbanismo			
CÓDIGO DA FUNÇÃO		A STATE OF THE STA	1
SUBFUNÇÃO			No.
Serviços Urbanos			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			
PROGRAMA			Nº 452
Serviços Municipais			
CÓDIGO DO PROGRAMA			7
			Nº 19
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TAIS	
ATIVIDADE		The second secon	
MANUTENCAO ILUMINACAO PUBLICA			
CÓDIGO DA ATIVIDADE			
			Nº 24
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		7	
1,00		T	UNIDADE DE MEDIDA
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	KERCÍCIO		

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental 2026

- Fin Flabouayao	rundamento Legal: ELABLDO2026	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA			
SERVIÇOS MUNICIPAIS			
CÓDIGO DA UNIDADE		THE RESERVE THE PROPERTY OF TH	
FUNÇÃO			Nº 92.07.01
Urbanismo		And the second s	
CÓDIGO DA FUNÇÃO			
			No. 15
SUBFUNÇÃO			
Serviços Urbanos			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	3.0		
			Nº 452
TRUGRAMA			
Serviços Municipais			
CÓDIGO DO PROGRAMA			
			Nº 19
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	IS	
ATIVIDADE			
Manutenção Transito Municipal			
CÓDIGO DA ATIVIDADE			
			Nº 37
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		1	
1,00			UNIDADE DE MEDIDA
			und
COSTO FINANCEINO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	KESCICIO		

Página 47 de 51

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

SANEAMEN TO GERAL	The state of the s	CÓDIGO DA UNIDADE	FUNÇÃO	Saneamento	CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	Saneamento Geral	CÓDIGO DO PROGRAMA	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	PROJETO	OBRAS DE SANEAMENTO	CÓDIGO DO PROJETO			COSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	CÓDIGO DA UNIDADE FUNÇÃO Saneamento CÓDIGO DA FUNÇÃO SUBFUNÇÃO Saneamento Básico Urbano CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	1 11	
	THE RESERVE AND PROPERTY OF PERSONS ASSESSED FOR THE PERSONS ASSESSED.	7	-				A STREET, STRE	05 oN	her and house many reason				N° 10	In ²	\$ 000 to			No 02.57.0
UNIDADE	UNIDADE	Mo	Saneamento				Básico Urbano SUBFUNÇÃO	vo Urbano FUNÇÃO	No.	O No	No Básico Urbano NA SUBFUNÇÃO NA SUBFUNÇÃO NO Geral TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	Nº TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	AO AO Nº TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	AAO IIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS IV° IV° IV° IV° IV° IV° IV° I	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	CÓDIGO DA FUNÇÃO		
UNIDADE Nº I	UNIDADE	FUNÇÃO	FUNÇÃO		Saneamento Básico Urbano		Básico Urbano SUBFUNÇÃO Nº	FUNÇÃO Nº	No. No.	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	No Básico Urbano No Subfunção No Geral TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	Nº TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	AO Nº TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	SUBFUNÇÃO	1 1 1 1 1 1	
INIDADE Nº UNÇÃO	NIDADE NICÃO	UNÇÃO	UNÇÃO	UNÇÃO			SUBFUNÇÃO	FUNÇÃO Nº	No.	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	No SUBFUNÇÃO NA TO Geral TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	N° TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	MA TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO TO	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	Saneamento Básico Urbano		A CONTRACT OF THE PROPERTY OF
AAO TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Nº Nº Nº	AAO TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Nº Nº Nº	AA TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Nº Nº Nº	AO Nº TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS INº	AO Nº TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS INº	MA TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS N° IN°	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TO	TO Mrs	No					PROGRAMA Saneamento Geral CÓDIGO DO PROGRAMA PROJETO OBRAS DE SANEAMENTO CÓDIGO DO PROJETO	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
Mo TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS No No	No TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Nº Nº	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Nº	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Nº	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS Nº	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	No.	No.	No.		META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO			PROGRAMA Saneamento Geral CÓDIGO DO PROGRAMA PROJETO OBRAS DE SANEAMENTO CÓDIGO DO PROJETO META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

Dados Enviados ao Legislativo

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO CÓDIGO DA ATIVIDADE MANUTENÇÃO DE SANEAMENTO GERAL ATIVIDADE CÓDIGO DO PROGRAMA PROGRAMA CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Saneamento Geral Saneamento Básico Urbano SUBFUNÇÃO CÓDIGO DA FUNÇÃO CÓDIGO DA UNIDADE Situação: Em Elaboração Saneamento FUNÇÃO SANEAMENTO GERAL UNIDADE EXECUTORA Fundamento Legal: ELABLDO2026 TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS INICIAL Data: 01/07/2025 UNIDADE DE MEDIDA Tipo: Projeto de Lei No Z, No Z Nº 02.07.02 20 7.530.000,00 512 20 17

Página 49 de 51

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental 2026

omação. Ell Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026 Data: 01/07/2025	7/2025 Tipo: Projeto de Lei
	INICIAL	
UNIDADE EXECUTORA		
AGRICULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE		
FUNÇÃO		Nº 02.08.01
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO		
SUBFUNÇÃO		Nº 20
Extensão Rural		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		
PROGRAMA		№ 606
Agricultura		
CÓDIGO DO PROGRAMA		Nº 21
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
ATIVIDADE	1,174	
MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE		
		Nº 21
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		
263,00		UNIDADE DE MEDIDA
CUSTO FINANCEIRO TOTAL BABA O FYFO		und
	KENCICIO	

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental **2026**

omação: Em Elaboração	Fundamento Legal: ELABLDO2026 INICIAL	Data: 01/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
UNIDADE EXECUTORA			
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	BIENTAL		
CÓDIGO DA UNIDADE			7
FUNÇÃO			02.88.92
Agricultura		PARTY WITH THE PROPERTY OF THE PARTY OF THE	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Si e i jan	AND THE CHARLES AND	-
SUBFUNÇÃO			Nº 20
Extensão Rural	THE RESERVE THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVE AND ADDRESS OF THE PER		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	(C) (C)		
PROGRAMA	***************************************		Nº 606
Meio Ambiente			
CÓDIGO DO PROGRAMA			
			Nº 22
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TAIS	
ATIVIDADE			192
MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE			
CÓDIGO DA ATIVIDADE		The second of the second secon	
			Nº 22
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		1	
1,00			UNIDADE DE MEDIDA
CHATO EMANOCIDO TOTAL	A comment of the second of the		und
COCIO LINGINGEINO TOTAL PARA O EXERCICIO	ERCICIO		no one vi

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP Planejamento Orçamentário - LDO Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental 2026

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: El ARI nO2026		
	INICIAL	Data: 07/07/2025	Tipo: Projeto de Lei
UNIDADE EXECUTORA			
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	MBIENTAI		
CÓDIGO DA UNIDADE			
FUNÇÃO			Nº 02.08.02
Agricultura			
CÓDIGO DA FUNÇÃO			
SUBFUNÇÃO			N° 20
Extensão Rural			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO			
PROGRAMA			Nº 606
Meio Ambiente			
CÓDIGO DO PROGRAMA			
			Nº 22
	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	TAIS	
ATIVIDADE			
Preservacao de Areas de Protecao Legal			
CÓDIGO DA ATIVIDADE			
			N° 38
META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO		1	
100,00			UNIDADE DE MEDIDA
CUSTO FINANCEIRO TOTAL BABA O EXERCÍCIO	VIDO (C)		und
			70.000,00
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	ÕES GOVERNAMENTAIS		164 663 000 001
		The state of the s	107.002.000,001

Município de BARRINHA - SP LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2026

AMIL - Delibilishauvo 1 (cnr., ar. 1, 3.1)		2026				2027				2028		
ESPECIFICAÇÃO	Valor Correnie (a)	Valor	% PIB (a/PIB) x (00	% RCL (a/RCL)	Valor Corrente (b)	Valor	% PIB (h/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) × 100	Valor Corrente (c)	Valor	% PIB (c/PIB) × 100	% RCL (dRCL) x 100
Deceite Total (EXCETO FONTES RPPS)	164.682.000.00	164,682,000,00	-	100,001	172.728.000,00	172.728.000,00		100,001	181.226.000,00	181.226.000,00		100,002
Descrite Primaries (EXCETO FONTES RPPS) (1)	164.682.000.00	164.682.000.00		100,001	172.728.000,00	172.728.000,00	,	100,001	181.226.000,00	181.226.000,00		100,002
Poceitas Primárias Correntes	164.681.000.00	164.681.000.00		100,000	172.726.000,00	172.726.000,00	1	100,000	181.223.000,00	181.223.000,00	1	100,000
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria	22.974.270.00	22.974.270,00		13,951	24.148.337,00	24.148.337,00		13,981	25.406.306,00	25.406.306,00	1	14,019
Transferências Correntes	140.152.775.00	140,152,775,00		85,106	146.905.750,00	146,905,750,00		85,051	154.023.592,00	154.023.592,00	•	84,991
Oemais Receitas Primárias Correntes	1.554.955,00	1.554.955,00		0,944	1.673.913,00	1.673.913,00	1	696'0	1.796.102,00	1.796.102,00	ì	0,991
Peceitas Primárias de Capital	1.000,00	1.000,00	•	0,001	2.000,00	2.000,00		100'0	3.000,00	3.000,00	,	0,002
Decrees Total (EXCETO FONTES RPPS)	164.682.000.00	164.682.000.00		100,001	172.728.000,00	172.728.000,00		100,001	181.226.000,00	1.81.226.000,00	•	100,002
Despesa Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	159.000.000,00	159.000.000,00	1	96,550	166.950.000,00	166.950.000,00		96,656	175.297.500,00	175.297.500,00		96,730
Despesas Primárias Correntes	,			4				,				•
Pessoal e Encargos Sociais				,				,		,	•	
Outras Despesas Correntes				•			1				•	
Despesas Primárias de Capital	1.000,00	1.000,00		0,003	2.000,00	2.000,00		0,001	3.000,00	3.000,00		0,002
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias			,									
Receita Total (COM FONTES RPPS)	•			:			1	i	i		1	1
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)		1				1			,	1	1	•
Despesa Total (COM FONTES RPPS)							•	1		,		•
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	,	•	•									
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	5.682.000,00	5.582.000,00		3,450	5.778.000,00	5.778.000,00	1	3,345	5.928.500,00	5,928,500,00	•	3,271
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) +	31.364.000,00	12.364.000,00		6,901	11.556.000,00	11.556.000,00	4	6,690	5.928.500,00	5.928.500,00	-	3,271
Juros, Encargos e Variações Monatárias Ativos (Exceto RPPS)		1						1		,		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPP	ï		•				1		•		1	
Díviria. Publica Consolidada (DC)	45.000.000,00	45.000.000,00	•	27,326	40.000.000,00	40.000.000,00		23,158	35.000.000,00	35.000.000,00	1	19,313
Dívida Consolidada Líquida (DCL)									,		20	
Resultado Mominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	1			•				,			4	•

2227 PURAMETRO

consideradas as dividas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Município de BARRINHA - SP LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2026

一种 一	I-Metas Previstas			II-Metas Realizadas			Variação (II-I)	(-
ESPECIFICAÇÃO	em 2024	% PIB	% RCL	em 2024	% PIB	% RCL	Valor	%
	(a)			<u>(e)</u>			(c) = (p-a)	$(c/a) \times 100$
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	161.210.110,20		106,011	159.809.408,08		108.011	(1.400.702.12)	-0.87
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	160.297.075,37		105,411	159.809.408,08		105,411	(487.667.29)	-0.3
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	157.239.494,30	7.	103,400	151,342,160,41		103.400	(5 897 333 89)	-3.75
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	150.600.835,77		99,035	151.342.160.41		99 035	741 324 64	0,10
Receita Total (COM FONTES RPPS)			,			and the	101111111111111111111111111111111111111	200
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)								
Despesa Total (COM FONTES RPPS)			;	148 219 041 28		1 1	348 216 0A1 28	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)				148.219.041.28			148 219 041 28	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	9.696.239,60		6,376	8.467.247.67		6.376	(1 228 991 93)	-12.67
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (I	9.696.239,60		6,376	(131.284.545.94)		6.376	(140.980.785.54)	-1453 97
Dívida Pública Consolidada (DC)	49.006.356,20		32,226	26.873.905.07		32.226	(22 132 451 13)	-45.16
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	35.649.208,70	1	23,443	16.306.604,15		23,443	(19.342.604.55)	-54.26
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	9.723.891,99		6,394	6.043.509.03		6 204	(3 680 382 96)	

Parâmetros

Receita Corrente Líquida - RCL.
NOTA: A elaboração desse demonázitativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte ili do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dividas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Município de BARRINHA - SP LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCICIOS ANTERIORES 2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4°, § 2°, inciso II)

FSPECIEICACÃO				VALORES	A PREC	VALORES A PRECOS CORRENTES			-		0017
	2023	2024	9%	2025	8	2026	9%	2027	%	2028	9/0
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	137.018.612,30	161.210.110,20	17,66	181,685,000,00	12.7	164,682,000,00	-9.36	172 728 000 00	4 80	181 226 000 00	V 00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	136.161.433.31	160,297,075,37	17.73	180 851 005 47	1282	164 682 000 00	20,0	172 726 000 00	00'5	101 225 000 00	76,4
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	146 257 008 04	157 229 404 20	7 51	104 105 000 00	17.74	20,000,000	40,04	172.726.000,00	4,09	161.226.000,00	76'4
October Of Carlot Carlo	46,000,102,041	101,484,867,101	TC'	164.165.000,00	17,14	164.682.000,00	-10,59	172.728.000,00	4,89	181.226.000,00	4.92
Despesas Pliniarias (EACELO FONLES RPPS) (II)	13/./21.88/,68	150.600.835,77	9,35	175.400.300,00	16,47	159.000.000.00	-9.35	166.950.000.00	5	175 297 500 00	r
Receita Total (COM FONTES RPPS)			C		0				0 0	00,000) (
Dooothor Driméries (COM TONITY OF STATE			0		5		5		0		0
Receiled Pillianes (COM PON ES RPPS) (III)			0	1	0		0	,	C	,	0
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	1	1	C	1	C		0 0		0 0		0 (
Decrees Drimários (COM FONTES DESCRIPTION DE LA COMPTENSIÓN DE LA			0)		5	1	0	i	0
Despesas Tillialias (COM FON ES RPPS) (IV)			0		0		C		C	1	0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	(1 560 454 37)	0 606 230 60 721 27	791 97	E AED 70E A7	A9 70	00 000.000 1		1	,)
Contract of the state of the st	(101)	00,652.050.0	10,121	3.430.703,47	45,13	2.582.000,00	47'54	5.778.000,00	1,69	5.928.500,00	5.6
Resultatio Primario (COM RPPS) - Acima da Linha (VI	(1.560.454,37)	9.696.239,60 -721.37	-721.37	10.901.410.94	12.43	11.364.000.00	424	11 556 000 00	1 60	E 028 EDD DD	407
Divida Píthlica Consolidada (DC)		AD 000 0E 000		00 100 00	1	2000	1	00,000,000	F) 70	2.326.300,00	1,04-
מומוים משומת (סרו מומוים מומוים ו		49.000.350,20	0	50.427.334,09	5,9	45.000.000,00	-10,76	40.000.000,00	-11.11	35.000.000.00	-12.5
Divida Consolidada Liquida (DCL)	40,191,605,60	35.649.208.70	-113	42 000 000 00	1781	. 1	-				
Docutton Norman (CEM DOCK)	17 200 27 07	000000000000000000000000000000000000000	1	00,000	10'11		5		>	,	0
הפסטומעט ועטווווומו (סבואו ארדיט) - אטמיגט עם וווווומ	(1.169.114,85)	9.723.891,99 -225,15	-225,15		0		0		C	1	0

CT ARGITUTEDE				VALORE	SAPRE	VALORES A PRECOS CONSTANTES	LES .		1 10		100
	2023	2624	9%	2025	%	2026	9.0	2027	%	2028	2%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	137.018.612,30	161.210.110,20	17,66	181.685.000.00	12.7	164,682,000,00	-9.36	172 728 000 00	A RO	181 226 000 00	1 02
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	136,161,433,31	160.297.075,37	17.73	180.851.005.47	12.82	164.682.000.00	-R 94	172 728 000 00	7 80	181 226 000 00	7,52 V 02
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	146.257.098.94	157.239.494.30	7.51	184 185 000 00	1714	164 682 000 00	10 50	172 729 000 00	00'4	101 226 000,00	7,92
Daepacas Primárias (EXCETO EDAITES DDDS) (II)	197 791 007 50	150 500 005 77	100	20,000,000	11,12	104.000,00	66,01-	112.128.000,00	4,89	181.226.000,00	4,92
Doorito Total (Cold Columnia Oppos)	00,100,121,161	13,000,000,001	8,33	175.400.300,00	16,47	159.000.000,00	-9,35	166.950.000,00	2	175.297.500,00	2
Receita Total (COM FONTES RPPS)	1		0		0		0		0		0
Receitas Primarias (COM FONTES RPPS) (III)	1		0		0	1	0		C		
Despesa Total (COM FONTES RPPS)		The lot alcondance .	0		C	1	C		0 0		0 0
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)			-		0 0	Total Control of the			5 0		0.37
Doordsoon Drimbers (CEAN DOOR) Asimo de l'inter on			0 1		0		0		0		0
resultato Filmano (SEM RPPS) - Acima da Lima (V)		9.696.239,50 -721,37	-721,37	5.450.705,47	-43,79	5.682.000,00	4,24	5.778.000,00	1,69	5.928.500.00	2.6
Resultado Primario (COM RPPS) - Acima da Linha (VI	(1.560.454,37)	9.696.239,60 -721,37	-721,37	10.901.410,94	12,43	11.364.000.00	4.24	11.556.000.00	1.69	5 928 500 00	-48.7
Divida Pública Consolidada (DC)		49.006.356,20	0	50.427.334,09	2,9	45.000,000,00	-10.76	40.000.000.00	-11.11	35 000 000 00	-125
Divida Consolidada Liquida (DCL)	40.191.605,60	35.649.208,70	-11,3	42.000.000,00	17.81		0		0	2000	0,1
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(7 769 774 REX	a 723 801 00 -225 15	225 15						0 0		0
The state of the s	(00,110011)	SC'TEG:571.6	CT, C22		0	1	0		0		0

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Município de BARRINHA - SP LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4°,	§ 2°, inciso III)					R\$ 1,00
PATRIMONIO LIQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	69.450.921,26	100,00	50.841.460,39	100,00	48.959.586,10	100,00
Reservas		-			-	-
Resultado Acumulado		-	-	-		
TOTAL	69.450.921,26	100,00	50.841.460,39	100,00	48.959.586,10	100,00

	RE	GIME PREVIDE	NCIÁRIO			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	- 1	- 1	53	-	-	-
Reservas	11-11		d): -	-		-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	16:	-	-	-
TOTAL	1-1	4 9 - 4				

Página: 1 de 1 25/07/2025 13:56:13

Município de BARRINHA - SP LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2026

LRF, art 4º, § 2º, inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
TOTAL (I)			
DESPESAS EXECUTADAS	2024 (i)	2023 (e)	2022 (f)
TOTAL (II)			4
SALDO FINANCEIRO VALOR (III)	(g)=((ia-IId)+IIIh)	(h)=((lb-lle)+ llli)	(i)=(Ic-IIf)

Município de BARRINHA - SP LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF,art.4°,§2°, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO P	REVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0.00
Inativo	0,00	0.00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0.0
Inativo			0.0
113013	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,0
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,0
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,0
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,0
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00	0,0
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,0
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0.00	0,00	0.00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,0
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0.00	0.00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + IB - II)	0,60	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Beneficios	0,00	0,00	0,0
Aposentadorias	0,00	0,00	0,0
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,0
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,0
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,0
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)*	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024
/ALOR	0,00	0,00	0,0
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	2022	2023	2024
/ALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	3022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
nvestimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0.00	0,00

	FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIR	0)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REP	URTIÇAD)	8928	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (VII)	and the same of th	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	AND THE RESERVE AND THE PARTY OF THE PARTY O	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes		0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	197	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (DA) = (AB + AB;	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS (FUNDO EM PEP	ARTIÇÃO)	2022	2623	2024
Beneficios		0,00	0,00	0,00
Aposentadorias		0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte		0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes		0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (N		0,00	0,00	6,90
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇ	YO (XI) = UX - X) _e	0,00	0,00 1	0.00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTI	ÇÃO DO RPPS	2022	2023	2034
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)		1027	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00	0,00	0,00
nvestimentos e Aplicações		0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00	0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,60	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2025	2024
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	G,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (Xii + X/V)	0,00	0,60	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) ²	0,00	0,60	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0.00	0.00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFICIOS MANTIDOS PELO TESOURO)			
	2022	2023	2024
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024
Aposentadorias	0,00	0,00	0.00
Pensões	0.00	0.00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII) ²	0,00	0.00	0,00

PPOJEÇÃO ATUARIAL DO REGEAT PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previder ciorias (u)	Resultado Providenciário (c)=(a-b)	Saido Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)
2025	0,00	0,00		
2026	0,00	0,00		
2027	0,00	0,00		
2028	0,00	0,00		0,0
2029				
	0,00	0,00	•	
2030	0,00	0,00		
2031	0,00	0,00	0,00	0,0
2032	0,00	0,00	0,00	0,0
2033	0,00	0,00	0,00	0,0
2034	0,00	0,00	0,00	0,0
2035	0,00	0,00	0,00	0,0
2036	0,00	0,00		
2037			0,00	0,0
	0,00	0,00	0,00	0,0
2038	0,00	0,00	0,00	0,0
2039	0,00	0,00	0,00	0,0
2040	0,00	0,00	0,00	0,0
2041	0,00	0,00	0,00	0,0
2042	0,00	0,00	0,00	0,0
2043	0,00	0,00		
2044	0,00		0,00	0,0
2045		0,00	0,00	0,0
	0,00	0,00	0,00	0,0
2046		0,00	0,00	0,0
2047	0,00	0,00	0,00	0,0
2048	0,00	0,00	0,00	0,0
2049	0,00	0,00	0,00	0,0
2050	0,00	0,00	0,00	
2051	0,00			0,0
2052		0,00	0,00	0,0
2053	0,00	0,00	0,00	0,0
	0,00	0,00	0,00	0,0
2054	0,00	0,00	0,00	0,0
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	
2058	0,00	0,00		0,00
2059	0,00		0,00	0,00
2060		0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0.00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	
2067	0,00	0,00		0,00
2068	0.00		0,00	0,00
2069		0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	
2075	0,00	0,00		0,00
2076	0,00		0,00	0,00
2077		0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	
2083	0,00	0,00 1		0,00
2084	0,00		0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	
2089	0,00	0,00		0,00
2090	0,00		0,00	0,00
2091		0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	00,0	0,00		
2096			0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2000		0.00 1		

PROJEÇÃO ATUARIAI. DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)
2025	0,00	0,00	0,00	C
2026	0,00	0,00	0,00	0
			0,00	0
2027	0,00	0,00		
2028	0,00	0,00	0,00	0
2029	0,00	0,00	0,00	0
2030	0,00	0,00	0,00	0
2031	0,00	0,00	0,00	(
2032				
	0,00	0,00	0,00	
2033	0,00	0,00	0,00	(
2034	0,00	0,00	0,00	
2035	0,00	0,00	0,00	(
2036	0,00	0,00	0,00	
2037	0,00	0,00	0,00	
2038	0,00	0,00	0,00	
2039	0,00	0,00	0,00	
2040	0,00	0,00	0,00	
		-1		
2041	0,00	0,00	0,00	(
2042	0,00	0,00	0,00	
2043	0,00	0,00	0,00	(
2044	1			
	0,00	0,00	0,00	
2045	0,00	0,00	0,00	(
2046	0,00	0,00	0,00	(
2047	0,00	0,00	0,00	(
2048	0,00			
		0,00	0,00	
2049	0,00	0,00	0,00	
2050	0,00	0,00	0,00	
2051	0,00	0,00	0,00	
2052	0,00	0,00	0,00	
2053	0,00	0,00	0,00	0
2054	0,00	0,00	0,00	(
2055	0,00	0,00	0,00	0
2056	0,00	0,00	0,00	
2057	0,00	0,00	0,00	0
2058	0,00	0,00	0,00	
2059	0,00	0,00	0,00	
2060	0,00	0,00	0,00	
2061				
	0,00	0,00	0,00	
2062	0,00	0,00	0,00	(
2063	0,00	0,00	0,00	(
2064	0,00	0,00	0,00	C
2065	0,00			
		0,00	0,00	
2066	0,00	0,00	0,00	(
2067	0,00	0,00	0,00	(
2068	0,00	0,00	0,00	
2069	0,00	0,00	0,00	
2070	0,00	0,00	0,00	
2071	0,00	0,00	0,00	0
2072	0,00	0,00	0,00	0
2073	0,00	0,00	0,00	0
2074	0,00			
		0,00	0,00	O
2075	0,00	0,00	0,00	0
2076	0,00	0,00	0,00	0
2077	0,00	0,00	0,00	
2078	0,00	0,00	0,00	
2079				
	0,00	0,00	0,00	0
2080	0,00	0,00	0,00	0
2081	0,00	0,00	0,00	0
2082	0,00	0,00	0,00	(
2083	0,00	0,00	0,00	0
2084	0,00	0,00	0,00	0
2085	0,00	0,00	0,00	C
2086	0,00	0,00	0,00	C
2087	0,00	0,00	0,00	0
2088	0,00	0,00	0,00	0
2089	0,00	0,00	0,00	0
2090	0,00	0,00	0,00	C
2091	0,00	0,00	0,00	0
2092	0,00	0,00	0,00	0
2093	0,00	0,00	0,00	C
2094	0,00			
		0,00	0,00	0
2095	0,00	0,00	0,00	0
2096	0,00	0,00	0,00	0
2097	0,00	0,00	0,00	0
2098	0,00	0,00	0,00	0
2099	0,00	0,00	0,00	0,
2100	0,00	0,00	0,00	

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Município de BARRINHA - SP LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2026

NÃO HÁ PREVISÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) TRIBUTO

TOTAL

R\$ 1,00	
	COMPENSAÇÃO
STA	2028
INCIA DE RECEITA PREVI	7707
2026 RENU	
BENEFICIÁRIO	
MODALIDADE	

Página: 1 de 1 25/07/2025 13:59:52

Município de BARRINHA - SP LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2026

EVENTO	Valor Previsto 2026
--------	---------------------

Fundamento Legal: ELABLDO2026 - Projeto de Lei - Em Elaboração

riogiana	Valores	es
0-Operacijes Especiais	2026	Total
-Processo Ledislativo	11.252.700,00	11.252.700,00
3-Supervisão e Coordenacão Sumerior	6.175.000,00	6.175.000,00
4-Fundo Social de Solidariende	526.110,00	526.110,00
S-Amparo, Entretimento e Protecião ao Menor	40.000,00	40,000,00
6-Servico Militar	17.700,00	17.700,00
-Suborte Administrativo	12.700,00	12.700,00
8-Ensino Infanti	11.349.100,00	11.349.100,00
9-Educação Especial	1.417.150,00	1.417.150,00
10-Ensine Fundamental	413.000,00	413.000,00
11-Fundeb Fundamental	11.601.200,00	11.601.200,00
12-Fundeb Infantil	35,399.100,00	35,399,100,00
33-Fundeb EJA	10,937,400,00	10.937.400,00
4-Merenda Escolar	201.500,00	201.500,00
5-Cultura	3.109.600,00	3.109.600,00
16-Esporte e Lazer	205.700,00	205.700,00
I8-AssitiBnda Social	306.200,00	306.200,00
19-Serviços Municipais	5.338.100,00	5.338.100,00
20-Saneamento Geral	13,876,100,00	13.876.100,00
21-Agricultura	7.531.000,00	7.531.000,00
22-Welo Ambiente	16.500,00	16.500,00
24-CONSELHO TUTELAR	84.500,00	84.500,00
28-Administracão	347.050,00	347.050,00
27-GESTÃO EM SAUDE	1.90.000,00	190.000,00
29-TURISMO	42.664.590,00	42.664.590,00
99-Reserva de Contincência	20:000,00	20.000,00
	1 650 000 00	1 650 000 00

Município de BARRINHA - SP LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2026

ARF(LRF, art 4°, § 3°)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00	REF DOTAÇÃO RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00
AÇÕES CMS	50.000,00	REDUÇÃO DE DESPESAS DISCRICIONADAS	50.000,00
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
TOTAL	100.000,00	TOTAL	100.000,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL